

---

## ALGUNS ASPECTOS DA CRISE DO MÉDIO ORIENTE

---

*L. Gonzaga Ferreira*

---

## ALGUNS ASPECTOS DA CRISE NO MÉDIO ORIENTE

---

### SUMÁRIO

- I — *A Conferência Internacional de Paz — busca de solução ou instrumento de impasse?*
- II — *Interventores e vítimas*
  - A. *A questão palestina no Líbano*
  - B. *A crise libano-libanesa*
- III — *A Síria e o Líbano. Hegemonia síria — progressos*
- IV — *A nova dinâmica soviética no Médio Oriente*
- V — *A guerra permanente — a lenta usura do Estado de Israel*

### I — A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PAZ — BUSCA DE SOLUÇÃO OU INSTRUMENTO DE IMPASSE?

Costumo sempre dizer que a crise do Médio Oriente nas suas componentes palestina e libanesa parecia a certa altura trazer em suspenso o Oriente e o Mundo. Isso assim foi enquanto durou o comprometimento americano no Líbano. Os meios de comunicação americanos encarregavam-se de lembrar todos os dias a tragédia que se vive naquelas paragens.

Hoje há como que um silêncio entrecortado de assomos de interesse em torno de acontecimentos como os incidentes e motins de Gaza e Jerusalém. Isso se deverá a que, havendo os Estados Unidos chegado a uma certa compreensão sobre o alcance e implicações dos envolvimento directos na área, a imprensa e a televisão acompanharam o desvio de atenção para outras questões ou zonas de conflito. Ter-se-á em mente, neste capítulo, a guerra do Golfo e a nova ordem de envolvimento que está acarretando, devendo aqui salientar-

-se, porém, que nada é menos certo que pensar-se que este último conflito se substitui, ou subalternizou, o Israelo-Árabe, posto que uma vez concluído o primeiro se reacenderá o segundo com maior virulência, a menos que os dois poderes regionais se neutralizem mutuamente, ou se se tiver aproveitado a aparente pausa para fazer uma aproximação séria e global das questões que opõem Israel ao Mundo Árabe.

Não fora a violência popular que explodiu nos territórios ocupados desde há dois meses e ao tomar-se conhecimento da indiferença da cimeira de Washington, de 7 de Dezembro de 1987, pela crise Israelo-Árabe, ou a forma subalterna com que a cimeira Árabe de Amã, de Novembro do mesmo ano, abordou os problemas da OLP e de Yasser Arafat, pensar-se-ia, de facto, que privada de novos excitantes, a crise Médio Oriental iria, pela modorra do tempo inerte, em desfalecimento no interesse do exterior. Ora, não são apenas as confrontações em Gaza ou Jerusalém que nos vêm lembrar que o problema subsiste inteiro. De uma atenta aproximação de tudo o que envolve a região se verá que a questão Palestiniana, independentemente dos casos trágicos da «guerra dos campos» no Líbano, ou da sublevação popular nos territórios ocupados permanecerá sempre como despoletadora da insegurança, da guerra, do infortúnio e da injustiça para vários povos da área.

Por isso o Vice-Primeiro-Ministro egípcio, Ahmed Abdel Maguib, declarava ainda em Setembro último: «não se pode esquecer que o problema palestino constitui a origem e o centro das tensões na nossa região». Ou que os Estados Unidos, num sobressalto emocional periódico, enviem Schultz ou Murphy pelas capitais Médio-Orientais em missões de paz que se afigura não serem muito entusiastas agora!

Entendemos que o problema do Médio Oriente subsiste em toda a sua agudeza e que com ele está em causa o futuro de culturas que nos são caras, além do sofrimento de populações desde há dezenas de anos; que está em causa toda a arquitectura de um grupo de Estados no Médio Oriente, não só por efeito das forças político militares já em jogo na área como pelos reajustamentos de alianças que se seguirão à guerra do Golfo e que se encarniçarão sobre as áreas e populações de que se ocupa o nosso trabalho. Por isso a questão Médio Oriental mantém, a meu ver, toda a sua importância. E será de interesse, sempre, uma aproximação feita com recurso à análise histórica mas também à palpitante verdade dos problemas que continuam por resolver e que devem atormentar as consciências até que solução real se encontre para a miséria e dor de milhões de seres.

Além disso, toda a aproximação às questões Médio-Orientais deve ser feita, a meu entender, com a maior humildade. Recordo a esse propósito a conversa que tive em Abril de 1985 com o mais alto dignatário da Jordânia, no seu palácio nos arredores de Amã. Só trago aqui a troca de impressões com o monarca Hachemita para fazer salientar e evidenciar a precariedade de todos os julgamentos sobre aquela área.

Estava-se em plena época da aproximação Jordano-Palestiniana. Yasser Arafat expulso do Líbano depois de ser um político e senhor de guerra com fronteira com Israel, via-se atirado, e à sua FATH, para Tunis, a centenas de quilómetros da terra da Palestina a libertar. O exílio tunisino era a negação da razão de ser de uma organização criada e mentalizada para a luta armada, em especial depois da derrota dos exércitos árabes em 1967. Acreditava-se em todos os meios do Médio Oriente e do resto do Mundo que chegara o fim da OLP e de Arafat! Até porque logo depois da evacuação de Beirute se veria ferido de uma expulsão, desta vez de Damasco para onde fugira, depois de Beirute e severamente maltratado pela batalha de Trípoli. Era não contar com a agilidade de Abou Ammar e a sua capacidade para o golpe de rins político. Necessitado de tomar contacto directo com a Palestina, de restabelecer a comunhão entre Feddayn e as massas civis palestinianas, Yasser Arafat não viu outra alternativa que pôr-se as vestes da moderação e explorar ou tentar aproveitar, à sua maneira algo felina, a combinação política americano-israelita e pela qual se queria em Jerusalém e Washington fazer vingar e vender o projecto de negociações directas jordano-israelitas para a solução da questão da Cisjordânia e com isso arrumar — pensava-se algo ingenuamente — a mais vasta questão palestiniana, por cima da OLP e de Yasser Arafat.

Mas não seriam só a Central Palestiniana e Abou Ammar a pagar as custas de um processo de paz separada. Segundo os estrategas políticos de Washington e Jerusalém, rude golpe desferiram também contra Hafez Al Assad, isolando a Síria e pondo em cheque o patrono soviético!

O espírito de Campo David insuflava — e continua a fazê-lo os mentores políticos e militares de Israel numa manifesta tentativa da velha regra de dividir para reinar. A Israel e aos Estados Unidos sorria a ideia de um artifício que levasse a sentar a uma mesa americanos, israelitas, jordanos — que falaciosamente integrariam na sua delegação uma representação palestiniana mas apenas de personalidades moderadas da Cisjordânia, com total exclusão da OLP ou de qualquer outro Estado próximo ou longín-

quo. Como atrás ficou dito, refiro-me expressamente à Síria e à URSS. Esse era o quadro limite imposto ou admitido por Israel — Facção trabalhista ou Likud — e por Washington.

Yasser Arafat sabia-o bem mas, habituado a voltar situações difíceis a seu favor, fingiu jogar o jogo e, no mercado de equívocos e de duplicidades que é o Médio Oriente, aproximou-se, a despeito de todo o negro passado, e aceitou associar-se a Hussein. Tinha em mente, primeiro e como já vos pude dizer, voltar a encostar-se à fronteira Palestino-Israelita e, segundo, ancorar-se no interior de uma vasta Comunidade Palestiniana — a maioria da população da Jordânia é Palestiniana — e com isso ir às raízes da terra e do povo palestino e, como já antes se mencionou, vivificar as hostes Fedayin. Como ainda e de uma maneira ou outra — e se verá como — percorrer os caminhos que no Líbano o levaram a erigir um Estado dentro do Estado e a ser quem, até à invasão israelita, realmente comandava nas Terras do Cedro.

Estava-se na parte final de 84, um ano apenas após a expulsão pelos sírios de Trípoli, de Arafat e dos últimos batalhões de combatentes palestinos, numa operação que parecia concertada com a da invasão israelita, havida apenas 18 meses antes. Sucedem-se as conversações entre delegações governamental jordana e a OLP, e encontros cimeiros do Rei Hussein e Yasser Arafat, e a 13 de Fevereiro de 1985 surgia a plataforma jordana-palestiniana pelo acordo de Amã assinado entre os dois políticos.

Logo a seguir se deu a minha reunião com o Rei Hussein. Conversamos sobre várias questões de política regional, mas o fulcro foi a plataforma jordano-palestiniana. Com profunda convicção — Hussein é um homem bom e sincero e são essas qualidades intrínsecas que lhe têm valido na permanente e diária luta pela sobrevivência própria e, com ele e através dele, do seu país — dizia-me o Monarca que todos os estados zelosos da paz deveriam trabalhar para que se não perdesse aquela última ocasião. E insistia, «esta é a oportunidade derradeira. The last chance». E acrescentava-me: «é preciso que Israel e os Estados Unidos aceitem o princípio da conferência de paz, o princípio de plataforma conjunta e o do direito do Povo Palestino à autodeterminação. Sem isso nova tragédia se abaterá sobre as nossas terras. Será o fim».

Dizia-o com profunda convicção. E, como se viu, não foi a última oportunidade e não foi o fim. Não só Israel teimosamente recusa qualquer projecto que não seja o seu, como aqui também agiriam negativamente às facções de

esquerda no interior da OLP que já acusavam de pusilânime a Arafat. E a própria URSS que advertia o Chefe Palestino quanto aos riscos de os árabes aparecerem enfraquecidos e em forma dispersa perante os Israelitas. A URSS, foi-me dito noutros meios em Amã, na altura, utilizava ainda as facções dissidentes da OLP para de outra direcção boicotar a ideia da plataforma conjunta.

Assim Washington e Jerusalém por um lado, e Arafat, e a esquerda da OLP e a URSS por outro, trabalharam na mesma direcção e todo o raciocínio e construção de Hussein ruíam, demonstrando cabalmente que em nenhum momento nos podemos arrogar o conhecimento definitivo da situação e do entrosamento das posições e acontecimentos e personagens na área.

Demoramo-nos, mas só aparentemente, sobre este caso, porque ele já enuncia uma questão que traz as chancelarias ocupadas e quero crer também preocupadas, pelo menos algumas delas. Refiro-me, como calculam, à conferência de paz que muitos reclamam e no fundo todos temem — não escrevia um jornal há dois meses — dizer-se em Jerusalém que se ela se realizasse e dela saísse a determinação de criar um Estado Palestino na Cisjordânia, Israel interviria militarmente para o impedir, para de forma preventiva o fazer abortar mesmo antes de gerado?

Mas a própria Jordânia interroga-se directamente sobre os riscos de uma conferência se ela desembocar na criação de um Estado Palestino na Cisjordânia, em forma federada ou outra. Conhecido o activismo de Arafat, Habbache, Hawatmeh, para não falar dos lugares tenentes de Arafat, quem garantirá ao Rei que a fórmula encontrada não será a plataforma para a hegemonia palestina e o desaparecimento da monarquia hachemita?

Porque aqui caberá trazer à apreciação um ponto muito delicado que envenenará qualquer solução, diria mesmo toda a aproximação ao problema, ponto não enunciado mas subjacente às acções de grande número de protagonistas. Muitos observadores políticos honestos em Amã ou Beirute e ainda em Nabluse ou noutros centros intelectuais da Cisjordânia, perguntam-se: a quem interessará a formação de um estado palestino, tantas são as inquietações, as dúvidas e as suspeitas que tal eventualidade desde já suscita. Se se for sincero na análise, dizem, poder-se-á concluir, a seu tempo, que talvez a uma entidade — talvez duas — a solução sorrirá. Daí que toda a aproximação a estas questões tenha de ser feita com a maior ponderação e segundo ângulos de apreciação próprios à idiosincrasia Médio Oriental, sem o que se usam as boas vontades, se desvirtuam os propósitos e se perde o capital de

créditos dos intervenientes. Não escrevia em princípio de Dezembro último a «Revue du Liban» que, no termo da sua *tournee* do último Outono pelo Médio Oriente, Richard Murphy reconhecia a incapacidade dos Estados Unidos para jogar qualquer papel decisivo na crise Libanesa no momento presente? Segundo o semanário Beirutino numa outra sua edição de Dezembro de 1987, Richard Murphy teria declarado que os Estados Unidos são agora não mediadores mas apenas carteiros no que respeita à crise local. E não escrevia «Le Monde» a 23 de Dezembro, a propósito da eventual assinatura do acordo FNI e da concertação para a redução das armas estratégicas de 50%, que a recomendada «nova mentalidade» definida na conferência de Saint Paul, no Minnesota, poderia significar a primazia do sentido da humanidade na aproximação a certas questões? E salientava mesmo as que respeitam ao Médio Oriente. Segundo aquela conferência a reorganização da política americana para a Região deverá fazer-se no sentido de abandonar os métodos militares e ideológicos a favor dos métodos diplomáticos e não recusar a ajuda soviética na resolução dos problemas difíceis do Médio Oriente. (Como se verá já foi dado um passo em relação a este último aspecto.) E tudo isto porquê? Porque as contradições da política americana acabaram por esvaziá-la de crédito e significado na área.

Todas estas questões e outras ainda mais irreverentes foram-me pessoalmente postas por várias vezes e em certos meios daquelas capitais, acrescentadas sempre de comentários pertinentes sobre as acções árabes efectivas no passado a favor da causa palestiniana. Mas não é preciso ir ao passado, bastando recordar aqueles países que jogam sobre as contradições internas da OLP ou também perguntarmo-nos sobre o comportamento e intuito dos que conduzem à «guerra dos campos» desde Maio de 85 em Shatila e Sabra e Bourj Elbarajneh em Beirute ou, posteriormente, no Sul em Myeh-Myeh e Hein El-Heloueh. Por isso não nos iludamos sobre os contornos e conteúdo da causa palestiniana e dos que a apoiam, ou dizem fazê-lo, se queremos concorrer para uma apreciação equilibrada ou para a busca de solução por partes dos que têm os meios e a responsabilidade.

Para melhor ilustração deste ponto importante bastará recordar que em momento de crise de consciências e de conflito aberto como foi a «guerra dos campos» — apenas adormecida pois basta lembrar os incidentes de fins de Dezembro entre o Exército de Libertação Popular de Moustaphah Saad e o Fath às portas de Saída — as alianças desfazem-se e os inimigos passam a aliados de circunstância, mas aliados mesmo assim: o movimento Amal Chiita

moderado e mais ou menos laico, o aliado, ou melhor, agente de Damasco, via Abou Moussa e a sua Frente de Salvação Nacional Palestiniana, baseada em Damasco, e de que esperava apoio, inverter obediência e esquecer favores para juntar os seus canhões aos de Fath e pôr assim em cheque a ofensiva do Amal e os planos sírios. Para aumentar a confusão, Walid Joumblatt punha-se ao lado da OLP, levantando-se assim contra o aliado Nabih Berri e as injunções da Síria. Como se não bastasse, o Irão procurava através das suas embaixadas de Imãs e Ulemas intervir no conflito entre sírios, por interpostos chiitas, e palestinianos. Assistir-se-ia evidentemente ao torpedeamento dessas acções por parte da Síria, seu aliado regional na guerra do Golfo, mas zelosa no seu feudo, a URSS, armando a Síria para combater em Beirute as forças afectas ao seu amigo Arafat, enquanto o apoia a fundo pois nele vê, caso venha um dia a obter uma verdadeira base territorial para a Nação palestiniana, a alternativa ao regime de Damasco para a época após Hafez Al Assad.

Como se pode ver, este rápido enunciado dá o quadro geral onde se insere a indefinição no que respeita à causa palestiniana, a crise Libanesa e as relações gerais Israelo-Árabes, infefinição que aproveita a todos os intervenientes — A Síria, Israel, Jordânia, Irão, excepto talvez o Líbano como Estado, mas já não como amálgama de facções rivais, as milícias.

Será curioso assinalar agora que há cerca de um ano se deu um arreganho de interesse relativamente à convocação da Conferência Internacional. Mas mais curioso será a coincidência do fervor de Shimon Peres pelo assunto, numa aparente nova dinâmica, e a preparação, organização e conclusão da 18ª sessão do C. N. P. em Argel, verdadeiro Parlamento Palestino, para o qual se previa, como tarefa mais importante, a reconciliação orquestrada e conduzida pela URSS, das forças e facções avessas da OLP. Ora sabia-se que uma tal evolução prejudicaria necessariamente qualquer plataforma pré-negocial susceptível de ser aceite por todas as partes envolvidas. A este ponto voltaremos ainda.

Estava-se em pleno impasse: a Jordânia, a Síria e a URSS favoráveis à realização da conferência. Israel e os Estados Unidos, entrincheirados numa negativa cega e surda. E de súbito, assiste-se à abertura desta última facção. Houve progresso? Sem dúvida, embora com certa falácia no duplo sentido da palavra.

Vejamos primeiro as razões do volte face e do progresso que em si traz. Da parte de Israel ele é apenas parcial. O nó da questão persiste. Para o Likud, e os que estão ainda à sua direita, integristas e outros, persiste fortíssi-



mo o sentimento de que negociar no quadro vasto de uma conferência, organizada pelas Nações Unidas e com a União Soviética, será ceder terra necessária à subsistência, terra necessária à segurança, pondo em causa o futuro do Estado. Na negociação directa Israel pretende, e é-o, suficientemente forte e hábil para impôr-se contra cedências sem compensações vantajadas. Esta a posição de Shamir. Shimon Peres pensa exactamente o mesmo. Só que o veste de roupagens em aparências mais folgadas. Como se verá em capítulo posterior, Shimon Peres é daqueles que intui que o tempo não está a favor de Israel e que é preciso desbloquear o caminho se não será o sufocamento. Sabe que as oposições às conversações directas são intransponíveis em diversos planos. Concebeu, então, a conferência geral apenas como porta para conferências parcelares em que dividiria o adversário por vários «Campos David».

Os Estados Unidos, presos na dialéctica da defesa de Israel, foram mesmo assim levados a uma certa reconsideração do problema depois da primeira cimeira, na Suíça, de Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev. A partir dessa cimeira, estabeleceu-se a meados de 85 a prática regular de consultas em Genebra sobre o Médio Oriente. Paralelamente, Washington foi por várias razões levada a reconhecer os limites da situação actual. Foi assim que se teve quase como natural ouvir o Secretário de Estado Schultz proclamar no passado Outono «... não existe qualquer possibilidade de se iniciarem conversações Israelo-Árabes fora do quadro e de uma Conferência Internacional». Mesmo se isso logo temperou ao retirar um múltiplo apoio a Israel que em alguns pontos raia a intransigência: exclusão da OLP, condições de participação da União Soviética, carácter não coercitivo da conferência e exigência de que a mesma desemboque necessariamente em conversações directas.

Por seu turno a Jordânia, continuando a desmentir pela boca do Primeiro-Ministro Rifai e do Ministro dos Estrangeiros, Al Masri, a existência de qualquer acordo secreto entre o Rei e Shimon Peres, reafirma a postura árabe, designadamente a necessidade da definição pelos cinco membros permanentes do C. S. dos limites e modalidades da conferência, e convite formal à OLP para que participe no mesmo pé de igualdade das outras partes, todas elas devendo aceitar as Resoluções 242 e 338 no respeito dos direitos legítimos do povo palestino com renúncia à violência e ao terrorismo.

Falta debruçarmo-nos sobre a posição de um outro muito importante interveniente nesta como em todas as questões no Médio Oriente, a qual condiciona qualquer evolução do processo. Refiro-me à Síria. Tive o privilégio

de discutir várias vezes estas questões com o Chefe da Diplomacia Síria em Damasco e a impressão única retirada é a de que se Israel é intransigente Damasco não o é menos.

Na Primavera de 1985, em que se desenhava a reconciliação entre Hafez Al Assad e o Rei Hussein (só possível por uma certa convergência na questão palestina) o Ministro dos Negócios Estrangeiros sírio, Farouk Al Sharaa, fustigava ainda o monarca Hachemita por então, e em certa medida, pretender negociar directamente com Israel, socorrendo-se da figura, falaciosa para a Síria, da plataforma Jordano-Palestina ensaiada com o acordo de Amã, de Fevereiro de 1985. E dizia-me com particular veemência, tocando aí o ponto crucial de toda a questão: «Bem vê, não é possível qualquer negociação directa com um Estado que nos quer impor soluções unilaterais como irreversíveis. Só uma Conferência Internacional terá força necessária para suprir a prepotência Israelita e destruir as posições que se arroga. Veja: como se pode falar de negociação directa — embora Hussein finja diferentemente — para a restituição das terras ocupadas (era a época da fórmula «Terra em Contrapartida da Paz»), quando os Israelitas proclamam que 60% desses territórios são inegociáveis, 40% para subsistência, a chamada política de colonatos; e 20% para cintura de segurança.» E o Ministro insistia: «Que é isso de querer negociar sobre apenas 40% do que foi espoliado?» E com nova ênfase: «E por que excluem os Altos de Golan? E os nossos direitos?» Ora atente-se que ao receber há meses apenas o Presidente Hafez Al Assad, o Secretário-Geral Gorbatchev enunciava de novo o princípio da restituição integral dos territórios ocupados. Como sabem, por detrás da afabilidade mundana, perfila-se o maciço doutrinário que é Gorbatchev.

Não se poderá esquecer, por outro lado, que uma outra tentativa de negociação separada foi ensaiada por Israel e falhou redondamente. No turbilhão da invasão Israelita de 82 e a eleição do Presidente libanês, Telaviv julgou poder impôr ao Líbano o acordo de 17 de Maio de 1983, que punha termo ao estado de guerra, declarava a paz entre os dois Estados e definia as relações de cooperação entre os dois regimes. Não chegaria o acordo a vigorar, em virtude da reacção violenta árabe, em particular a acção da Síria, que se traduziu na destrutiva guerra que as milícias Druza e Muçulmana levaram a Beirute de Leste e à montanha em 83 e 84.

É de crer, por conseguinte, que o artifício de uma Conferência Internacional que logo se reduziria a conversações directas, continue a suscitar a

mesma vertical rejeição por parte dos países árabes da linha dura, e não só, enquanto as teses árabes se virem desprezadas por Jerusalém.

Os americanos e o Rei Hussein tentaram a plataforma Jordano-Palestini-ana a 12 de Fevereiro de 1985, sucederam-se as conversações em Amã, o Cairo apoiou a iniciativa e ela entretanto falhou apesar de nessa altura, irredu-tíveis como George Habbache ou Hawatmeh, baseados em Damasco, não poderem, do interior, minarem as intenções de Arafat, supondo que este as ti-nha alinhado efectivamente sobre as do Rei Hussein. A época de Amã está ultrapassada e é agora o espírito de Argel que predomina: O reencontro das facções adversas feito à custa das posições moderadas de Arafat. Não foi Habbache a declarar, ainda em Argel, em Fevereiro de 87, que estavam eliminadas as vias da traição e do conluio com o Cairo e Amã? Conhecida é, com efeito, a oposição de Habbache e Hawatmeh às resoluções 242 e 338 e a sua convicção da inevitabilidade da violência revolucionária — e veja-se o mortífero ataque com asa delta a Kiriath Shomoneh — daí a dificuldade, como no passado mas com mais forte razão, de Arafat em aceitar aquelas duas reso-luções. Tanto pior para Arafat e a OLP, disse a esse propósito Shimon Peres. Mas o que é evidente é que sem OLP não terá razão de ser a realização de uma conferência de paz. Por isso os meios do Secretariado das Nações Unidas reconhecerem a quase nula viabilidade de uma tal conferência.

Escrevi aqui há tempos que Arafat que notavelmente vai superando todas as crises e todos os epitáfios, sai, pelo menos na aparência, algo reforçado da 18ª sessão do Parlamento Palestiniano. Sacrificou, se é que foi sacrifício, as possibilidades de diálogo e entendimento pacífico político e ficou devendo a unidade reencontrada ao regresso dos duros. E isso terá implicações sobre os campos no Líbano e na Cisjordânia, e aumenta a fricção com Hafez Al Assad. Os acontecimentos na Faixa de Gaza, o ataque a Khiriath Shmonah e as erupções de violência em Saída parecem confirmar essas asserções.

Disse em Jerusalém o ministro Leo Tindemmans, no semestre da presi-dência belga, que o Cairo, Amã e Ryad vêem na OLP o único obstáculo à conferência. O representante da Comunidade e o ministro Shimon Peres mostraram grande regozijo com semelhante reconhecimento. Mas o que se passa é que esse obstáculo evidente não é superável se não em si mesmo e isso não se vê como possa ocorrer nos tempos próximos. Do ponto de vista árabe, e temos de ser sérios na percepção do problema, toda a proposta de uma conferência não pode enjeitar a OLP e Arafat.

Este princípio da política árabe persiste quase sacralizado a despeito de a nação árabe enfermar do estado de deliquiscência que o rei Hussein da Jordânia denunciou na abertura da cimeira árabe de Amã a 8 de Novembro do ano findo. Os israelitas embandeiraram com o êxito dessa cimeira, considerando-a o ponto de viragem nos anos 40 da guerra israelo-árabe. É essa cegueira israelita que mais preocupa, até porque oblitera a visão dos dirigentes de Jerusalém para tudo o que não seja os seus interesses imediatos desvirtuando os que se lhes não ajustem. A cimeira não foi um êxito, excepção feita à porta que abriu ao restabelecimento de relações com o Egipto por parte de nove Estados. As declarações de Farouk Al Sharaah, Ministro dos Negócios Estrangeiros sírio, logo a seguir ao encerramento da Cimeira e segundo as quais perdura a amizade Irano-Síria, são significativas. Mas, e voltando ao nosso tema, se a Cimeira recomendou a paz negociada através de uma Conferência Internacional, também reafirmou o princípio da indispensabilidade da participação da OLP e o de que a paz global no Médio Oriente só se fará com o retomar do solo árabe dos territórios ocupados, particularmente Jerusalém. E num texto não publicado mas aprovado pela Cimeira, apelava a Conferência Árabe ao estabelecimento de uma paridade estratégica, o que traz a primeiro plano as teses Sírias de Hafez Al Assad.

Por isso não deveria Israel regozijar-se demasiado. O dia seguinte ao fim da guerra do Golfo talvez traga de novo a primeiro plano a guerra santa em Jerusalém. Não disse o comunicado da Cimeira de Amã que «passara em revista as relações históricas entre duas religiões divinas, o Islão e o Cristianismo, personificados em Jerusalém»?

## II — INTERVENTORES E VÍTIMAS

### A. A QUESTÃO PALESTINIANA NO LÍBANO

Quando se fala da Conferência Internacional sobre o Médio Oriente todos se preocupam com as posições da OLP ou Israel, a URSS ou o Egipto, os Estados Unidos ou a Jordânia. E o Líbano? Parece haver aqui tendência para esquecer, talvez por culpa dos libaneses perdidos nas suas querelas

internas, que parte importante da questão palestina reside no Líbano e que sem uma solução da crise libanesa não haverá solução geral, na região. E a crise libanesa não se resolverá enquanto não se der destino humano e político aos 400 000 refugiados palestinos do Líbano. Não se vê nas últimas diligências que este ponto merecesse a atenção devida. Ora, Arafat não quer que toquem nesses refugiados, reserva importante do seu poder, base de todas as suas ambições, reduto para as acções que ainda espera levar a cabo.

Há dois aspectos bem marcados, mas com íntima relação entre si, que que informam e enfermam toda a questão. De um já trataremos. Do outro quando abordarmos a crise Líbano-Libanesa.

Não é de agora o contencioso entre palestinos e judeus. Já no tempo da ocupação otomana, que durou até ao fim da Primeira Guerra Mundial, se registavam problemas entre as duas comunidades. Então apenas se iniciava o distanciamento entre judeus e palestinos. O problema viria a ter toda uma outra acuidade com o crescendo da perseguição aos judeus na Europa. Se os judeus começaram a adquirir terras na Palestina já desde 1882, à medida que a vaga de perseguição aumentava também engrossava o fluxo em direcção à Palestina e se acentuava a questão da transferência de propriedade. Toda a questão de concorrência sobre um mesmo solo aí nasce para continuar avolumando-se e sem sinais, bem ao contrário, de abrandamento, como se pode ver pelos acontecimentos de Gaza, ou Jerusalém e na Cisjordânia. Aí começou o êxodo palestino que tomaria proporções de diáspora com a criação do Estado de Israel a 29 de Novembro de 1947 e a posterior proclamação da independência em 14 de Maio do ano seguinte. As guerras que cavaram o fosso entre o novo Estado e o circundante Mundo Árabe ainda mais aceleraram o êxodo em todas as direcções — Jordânia, Líbano, Síria e outros países Árabes.

A aquisição de terras, o espírito de iniciativa e empreendedor levaram o judeu emigrado a rapidamente se impôr pela sua riqueza. E o palestino que vendia as terras logo se expatriava temeroso da jovem agressividade daquela força renovada que crescia no que fora a sua própria terra. Dados recentes dizem-nos que na terra de Israel subsistem apenas cerca de 550 000 palestinos e nos territórios ocupados da Cisjordânia e de Gaza um total de 1 500 000, contra 3 000 000 espalhados por vários países árabes.

É o problema palestino vasto e complexo e por isso vou concentrar-me fundamentalmente numa área e num período que a meu ver consubstanciam todo o drama daquele povo.

De início a natural direcção para o êxodo palestino foi o Leste, para a Jordânia, embora tivessem apontado ao Norte, no Líbano, como zona de protecção e segurança face à pressão judia. Mas no Líbano só viria a tomar expressão dramática com o aumento em flecha do número de refugiados e dos Fedayin em 1970, depois de expulsos da Jordânia no seguimento dos trágicos acontecimentos que se conheceriam como Setembro Negro e em que o Rei Hussein, não estando ferido da paralisia que pesava sobre o governo libanês por força da sua composição comunitária, se ergueu com determinação e não hesitou em esmagar a prepotência dos quadros dirigentes políticos e militares da OLP.

Depois da guerra Árabo-Israelita, de Junho de 1967, que permitiu a Israel ocupar a Cisjordânia, Gaza, Jerusalém Este, o Golan e o Sinai, a Resistência Palestiniana surge e passa a afirmar-se como realidade política reconhecida pela maioria dos países árabes. O governo libanês de experiência já vivida e ainda não frontalmente confrontado com divisões internas que mais paralizariam o aparelho do estado, incluindo as Forças Armadas, mostrava-se reticente sobre a presença no País dos Comandos Palestinos. Mas a esquerda libanesa, autodesignada de nacional, começava a despertar para a realidade palestina como força susceptível de arvorar o estandarte da rebelião contra uma comunidade cristã que consubstanciava aos olhos muçulmanos a ala direita, conservadora e espoliadora, que manobrava e complotava para reservar para si todas as vantagens, privilégios e regalias do progresso nacional. E aí, nesse equívoco maior, se verá a raiz de toda a tragédia libanesa.

O mito nascente dos Fedayin na segunda metade dos anos sessenta polarizava já grande parte da população libanesa, a par de um outro factor que também contribuiria para a desagregação da sociedade libanesa e motivo de raivosas invejas: a acumulação de riqueza que se iniciara nos anos 50 e atingiria o apogeu na década de 60, precisamente. Acumulação de riqueza que, se não era exclusivo do sector cristão, pois se estendia à alta burguesia sunita e aos latifundiários chiitas, aí encontrava, porém, a mais agressiva expressão e era constante provocação das populações miseráveis chiitas e palestinianas, as que viriam a constituir a coorte dos «deserdados da terra» de que tantas vezes me falaram Nabih Berri, chefe do Amal, e a senhora Rabab Sadr, irmã e herdeira moral do Imã Moussa Sadr, fundador do maior movimento chiita, e desaparecido na Líbia, diz-se que por ordem de Teerão,

posto que polarizador perigoso das aspirações chiitas de que Khomeini se arrega a única representação.

Mas, voltando ao assunto Fedayin, o Sul do Líbano começava a converter-se no santuário da Revolução Palestiniana, mas não só, como se verá pois até Beirute se estenderia o mal, a prepotência e a desordem.

Pode situar-se em fins de 1965 o primeiro incidente entre autoridades libanesas e a resistência palestina. Logo no ano seguinte se daria a primeira confrontação entre o Exército Libanês e os Fedayin. Num arremedo de autoridade que depois foi escasseando por força das convulsões, o governo libanês ainda podia prender Yasser Arafat e mantê-lo na prisão por três semanas desse ano de 1966. Ilusória manifestação de poder. Sabe-se como depois Yasser Arafat, perdendo toda a compostura e medida, se guindou a posições de orgulho e arrogância, que lhe provocaria a própria queda no que respeita a posições importantíssimas que chegou a deter no Líbano.

A presença palestina no Líbano tomava proporções catastróficas, quer pelo número de refugiados, quer pela crescente projecção política, quer pelo triste renome que lhe trouxe o terrorismo organizado e treinado em solo libanês depois da expulsão da Jordânia, em Setembro de 1970.

Mas os passos decisivos no caminho turturoso das cedências libanesas que conduziram à formação de um Estado dentro de um Estado seriam dados com acordos do Cairo de 1969. Por que não só o fenómeno palestino constituía em si mesmo o fermento e os instrumentos da dissolução e da fragmentação do Líbano, como trazia agregado um outro factor de ruína destruição: a reacção israelita, que nunca se importou em fazer a distinção entre libanês e palestino, antes batia num e noutro com a mesma senha.

A 28 de Dezembro de 1968 a aviação israelita bombardeava o aeroporto de Beirute. A reacção da esquerda libanesa, abraçando incondicionalmente a causa palestina é imediata e culpabiliza tanto o Estado Libanês como o Exército, isto é, imputa à direcção maronito-cristã as falhas que possibilitaram a acção israelita, a qual só se deveria à actividade Fedayin. Estava aberta a crise constitucional que oporia o Presidente Charles Helou e o Primeiro-Ministro sunita Rashid Karamé, cabeça de testa da Síria que então já via as extraordinárias potencialidades das divisões e incoerência libanesas acicatadas e alimentadas pelos palestinos. O país jamais se recomporia das consequências dessa crise que se arrasta desde há 19 anos: não só as instituições políticas deixaram de se entender, como passariam a confrontar-se o Exército e as forças da esquerda, ao mesmo tempo que entre o primeiro e a Resistência Palestina até se chegar ao ponto de aperfeiçoamento do

esquema com as forças de esquerda a baterem-se entre si e o Exército a desagregar-se nos exércitos dissidentes do Tenente Ahmad Al Khatib pró-palestiniano e do Major Saad Haddad pró-israelita, de confronto em confronto, e, agravada a crise, o governo libanês, chefiado por um sunita, recorre à mediação do Presidente Gamal Abdel Nasser. O bombardeamento do aeroporto de Beirute, Dezembro de 1968, e os acordos do Cairo, Outubro do ano seguinte, marcam pois as datas fatídicas do desmantelamento do Líbano.

Os acordos do Cairo, completados pelo anexos de 1973 e 1977, que constituíram uma vitória para a resistência palestina e um atestado de cegueira para a esquerda nacional, definiam as grandes linhas da posição palestina no Líbano e, em teoria, parecem menos maus do que viriam a revelar-se na prática:

- Presença dos Fedayin limitada ao Líbano Sul, onde também se concentrariam armas pesadas.
- No interior dos campos palestinos só armas individuais. A segurança apenas confiada à Polícia Palestina.
- Autorizada a abertura de escritórios OLP fora dos campos mas só para actividades administrativas.
- As autoridades libanesas, civis e militares, são soberanas em todo o território libanês e em qualquer circunstância.

Este acordo assinado no Cairo a 25 de Outubro de 1969 entre o General Emile Boustani, Comandante em Chefe do Exército Libanês e Yasser Arafat, viria a ser completado com novas cláusulas depois dos confrontos de Setembro de 70 na Jordânia e a expulsão de Fedayin para o Líbano, relativas à instalação de bases palestinas e porte de arma no território libanês. Em 1973 e depois da primeira guerra civil — 75/76 — os acordos do Cairo ver-se-iam ainda acrescentados com o protocolo de Melkart e o acordo de Chtaura na Bekaa, este último já com regulamentação da força de dissuasão árabe, FDA,

Os acordos do Cairo, cabe repeti-lo, surgem como o marco negro na história do Líbano moderno. Não só abrem a porta, que depois a OLP escancarou, aos Fedayin e às represálias Israelitas — e aí os Cristãos que o criticavam razão tinham — como institucionalizou, se se permite a extrapolação, o fosso entre muçulmanos e a comunidade cristã, que só se tem alargado para chegar à irredutibilidade de hoje, como a seu tempo se verá. Por essa altura,



aliás, se produzem também os primeiros confrontos entre o Partido Falangista, fundado por Pierre Gemayel e a Resistência Palestiniana.

As relações Líbano-Palestinianas atravessaram mesmo assim um período de calma relativa até 1972, com a OLP aparentemente conciliadora e isso por dois motivos: a central palestiniana tinha de absorver o choque sofrido com os sangrentos acontecimentos de Setembro de 1970 na Jordânia; e reparar os estragos sofridos, reabastecendo-se e rearmando-se.

Por seu turno, Israel não se coíbe de lançar sucessivos ataques contra o Líbano Sul, agravados por bombardeamentos e acções espectaculares, como a levada a efeito por comandos israelitas desembarcados em Beirute e que assassinaram três chefes do Fatah.

A acção do «Setembro Negro» nos Jogos Olímpicos de Munique leva à invasão do Líbano Sul em Setembro de 1972, enquanto o novo Chefe de Estado, Sleiman Franjeh, reacende o conflito com a ala muçulmana. Franjeh exige a revogação dos acordos do Cairo. A invasão do Líbano Sul e a polémica gerada em torno dos acordos levam à proclamação do estado de emergência, a manifestações antigovernamentais e à crescente vaga de confrontos entre o Exército e os palestinianos e as facções Islamo-Progressistas. E os combates violentos sucedem-se em Bourj Barajneh, Sabra Chatila e a OLP e Yasser Arafat vão a pouco e pouco tomando o poder e substituindo-se ou desfeitando as instituições libanesas. Franjeh exige, sem qualquer efeito, a saída do Líbano do que chama o «Exército de Ocupação Palestino». Perante a gravidade da situação, a Síria fecha as fronteiras com o Líbano, as crises políticas e os primeiros-ministros sucedem-se no Palácio do Serrail e chega-se ao protocolo de Melkart já referido, que nada resolve a não ser a transferência de poderes para o FAD — Força Árabe de Dissuasão.

Apenas a guerra israelo-árabe de 1973 põe uma trégua às desinteligências Líbano-Palestinianas. As autoridades libanesas aplaudem o programa da OLP que prevê a criação de um Estado Palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. O presidente Franjeh é mesmo encarregado pela Cimeira de Rabat de defender a causa Palestiniana perante a Assembleia Geral das Nações Unidas. O entusiasmo pouco duraria.

Estava-se em pleno jogo de aparências. Israel prosseguia com os seus raids contra o Líbano Sul, o Exército Libanês bate-se contra os Fedayin em Tyr. E a 13 de Abril de 1975 rebenta a guerra civil no Líbano com o incidente de Ain El Remmaneh. Já não é o Exército contra os Comandos

Palestinianos mas a totalidade da Comunidade Cristã através das suas milícias contra o soberbo ocupante.

A guerra civil levaria directamente, mas de forma gradual nos anos seguintes, a cinco novas situações:

- Inicia-se a controvérsia sobre o Exército que culminaria de forma negativa apenas oito anos mais tarde com a Batalha de Beirute, de 6 de Fevereiro de 1984. Acabaria por pesar o factor confessional levando ao desmembramento do corpo do Exército.
- Criação de força de dissuasão árabe, ou ao pretexto e via para a implantação militar da Síria no Líbano — confirmada pelo acordo de Chtaura.
- Começo da efectiva divisão da cidade — e do país — em dois sectores. Até aí os palestinianos — e outros muçulmanos — espalhavam-se por toda Beirute e arredores. A guerra de destruição contra os campos palestinianos de Dekouané, Tal Zaatar, levaria à limpeza, essa é a palavra, de todo o elemento palestiniano no sector cristão: os marcos dessa divisão foram as chacinas de Tal Zaatar no sector cristão e de Damour no muçulmano.
- Afirmação da resistência palestiniana como a única alternativa política no Oeste do País, em especial depois do assassinato de Kamal Jumblatt, chefe druzo e porta-voz da esquerda nacional. Este fenómeno de transferência de competência e capacidade política, que hipotecava desde logo toda a solução equilibrada, levaria a radicalizar a posição cristã e a israelita que, a partir daí, e embora o neguem, aprofundariam as relações e a cooperação.
- A invasão israelita de 1982.

Mas há um outro elemento novo de extrema importância. Os sírios que haviam acorrido ao Líbano à petição do presidente Franjieh (os cristãos não gostam de o recordar agora) vão pouco a pouco aprofundando as diferenças e separação com os palestinianos, para chegarem ao ponto de os combaterem abertamente no Alto Metn, em Bhamdoun e Aley, donde as tropas sírias os escorraçam permitindo às milícias cristãs ocupar o eixo El Simane-Faraya.

A posição síria, contestada por Arafat que aí inicia a ruptura com Hafez Al Assad, ver-se-ia confirmada e legalizada aos olhos árabes com a criação da FAD na cimeira de Ryad. E os sírios pautadamente apertam o cerco em torno dos campos palestinianos.

1987 vê nova invasão israelita até ao Litani e a FINUL toma posição no Líbano Sul. Desde o primeiro momento ninguém a respeita ou lhe presta atenção, revelando-se inútil o seu papel. Foi depois da chegada das forças das Nações Unidas que os Fedayin consolidariam as suas posições em Tyr e Nabatyeh, em pleno território sob jurisdição dos capacetes azuis. Desde o primeiro momento que a força Onusiana se revelaria a primeira vítima da ambiguidade do seu próprio mandato.

Todos estes anos marcados pela agressividade e violência dos contendores em presença no solo libanês, os Fedayin e o Comando Supremo Palestino, espezinharam, enxovalharam e desfizeram um estado que pela sua constituição racial e confessional se oferecia como o mais propício à tolerância, e isso precisamente foi aproveitado por palestinos e demais árabes para assentar o abuso, o desrespeito, e com eles a miséria da guerra, a destruição e a morte de populações amigas, complacentes e generosas.

Isso o aspecto irracional do comportamento palestino. Falou-se, por vezes, da Revolução Palestino. Ela só agora começa nos Campos de Gaza, em Jerusalém, no West Bank. No Líbano não houve qualquer manifestação revolucionária mas apenas, repito, de irracionalidade e do caos, propícios ao terrorismo.

E chegamos aqui ao ponto crucial da crise palestino-líbano-israelita: a invasão israelita de Junho de 1982, que viria a constituir o terceiro grande erro de Israel.

Face a um estado libanês em plena decomposição, que se revelava totalmente incapaz de eliminar a presença dos terroristas, face à utilização do território e da infra-estrutura do Líbano para montar uma rede internacional que Jerusalém reputa dirigida contra Israel, face à capacidade de tiro ofensivo de um arsenal composto por milhares de toneladas de armamento, munições, mísseis, artilharia pesada e tanques, Jerusalém decide a certa altura passar da fase de represálias simples que, mesmo se extremamente mortíferas e destruidoras, se revelavam de porte limitado perante a ameaça, ao desencadeamento de uma operação que de uma vez eliminasse o risco palestino.

Para isso, Israel aproveita, por um lado, a divisão do Mundo Árabe exemplificada pela Cimeira de Fez, e a polarização resultante do conflito Irão-Iraque e, por outro, a «benevolência» norte-americana «já revelada em ocasião de outras grandes manifestações activistas na região: anexação do

Golan, ataque ao reaktor nuclear de Tammouz, política de colonato e repressão nos territórios ocupados. A 6 de Junho de 1982, Israel desencadeia a invasão do Líbano, com feroz prévia preparação aérea sobre Beirute e Líbano Sul.

Os generais Ariel Sharon e Eytan enganam toda a gente, até Begin, e diz-se também que o Secretário de Estado da época, que bem caro pagará a complacência de que deu provas. Durante meses foi o Líbano submetido a um verdadeiro dilúvio de metralha e fogo, e a operação «Paz sobre a Galileia» saldar-se-ia por milhares de mortos e feridos e enormes destruições materiais pela utilização de bombas de fragmentação e de fósforo contra populações civis, e massacres como os de Sabra e Chatila. Em Novembro de 82 seriam publicados os primeiros dados: mortos 19 085, feridos 30 302, percentagem entre os mortos: 84% civis, 33% menos de 15 anos e 24,9% mais de 50. Por seu turno Israel perderia 446 soldados e ficaria com 2461 feridos.

O mundo emocionou-se com a nova catástrofe no Líbano e a indignação iria em aumento com o decorrer dos dias e da mortandade e perante a indiferença de Begin e Sharon.

No dia 6 de Junho o Tsahal entra no Líbano Sul com o pretexto de atirar os Comandos palestinos para além de uma faixa de 40 Km.

A 10 de Junho a aviação israelita destrói as baterias de mísseis SAM na Bekaa. Entre 8 e 15 o Tsahal avança até 60 Km, já em Saída, bate os palestinos em Ein-E1-Heloué e faz cair o Chouf druzo. Instala o cerco de Beirute Oeste e pouco depois isola o palácio presidencial em Baabda. Cria-se o Comité de Salvação Nacional Libanês que integra protagonistas célebres da divisão e incoerência libanesas: Elias Sarkis, Chafik Wassam, Fouad Boutros, Walid Joumblatt, Bechir Gemayel, Nasr Maalouf e Nabi Berri. A nada chegaria este comité. Já não oferece dúvidas a colaboração de Bechir Gemayel e das «Forças Libanesas» com o ocupante. Reúnem-se o Conselho de Segurança, a Liga Árabe e o Conselho Europeu, perante a mesma indiferença dos israelitas.

A 4 de Julho, ciente já da caducidade e improdutividade dos acordos do Cairo (que não serviram nem o Líbano nem a causa palestina), a OLP apresenta um memorando resumindo as proposições daquela central, com, entre outros pontos: proposta de uma Força Tampão Internacional; retirada de Damasco do Quartel General da OLP; manutenção de uma presença política da OLP em Beirute. Os países árabes, a começar pela Síria, recusam

acolher os combatentes palestinos a menos que se encontre uma solução global (forma de iludir o egoísmo geral).

Philip Habib percorre o Médio Oriente e consolida-se a ideia da Força Multinacional, Arafat aceita todas as resoluções das NU sobre a Palestina, o que até então sempre recusara. O governo israelita, jogando como de costume no campo oposto, decide não se submeter em nenhum caso às resoluções do CS. A 7 de Agosto, a OLP aceita finalmente um novo plano Habib: simultaneidade do envio de um primeiro contingente francês e das primeiras partidas dos Fedayin de Beirute. Chegada a Beirute dos primeiros contingentes italiano e americano.

Israel concorda com a Força Multinacional e, entre 21 de Agosto e 3 de Setembro, dá-se a evacuação dos Fedayin.

Da arrogância da OLP e da prepotência de Yasser Arafat nada ficava se não um país desmantelado, preso da vertigem da violência e da desordem, dilacerado por mil correntes e facções. A Arafat nem a vizinha Síria aceitava e Hafez Al Assad expulsa-o de Damasco a 26 de Junho de 1983. Refugia-se em Trípoli feudo sunita no Norte e sede dos integristas do Taweed. Mas Assad não o deixa tranquilo e persegue-o mesmo na Capital do Norte.

Confrontado a um cerco de ferro e fogo imposto pelas forças afectas à Síria, Yasser Arafat tem de fugir de novo e abandonar em definitivo a região. Hoje é um pária com um tesouro na Suíça mas sem acento territorial. A Causa Palestiniana é invocada nas cimeiras e nas outras grandes ocasiões árabes, mas não tanto por elas mas porque ainda serve de estandarte de uma pretensa frente árabe.

Para Israel, se logrou eliminar militarmente a resistência palestina como factor susceptível de intervir numa eventual solução da crise do Médio Oriente, não acabou, porém, com a ameaça que pesa sobre a Galileia, antes faz que ela se transplantasse para outras áreas nacionais. Não conseguiu, por outro lado, a aparente destruição do santuário libanês, não diminuiu, pelo terror do exemplo havido no Líbano, a capacidade de resposta das populações palestinas da Cisjordânia e de Gaza. E tão-pouco logrou instalar em Beirute um poder forte, aliado de Israel — a presidência de Amine Gemayel jamais será assim rotulada.

Por fim, a fama de impoluto e invencível de que beneficiava o Tsahal viria a ser perdida e enxovalhada no Líbano. A indiscriminação dos ataques e a cumplicidade nos massacres, a ferocidade, as perdas sofridas, marcaram

um exército que tardara em refazer-se, e para nada ganhar em troca. A «paz sobre a Calileia» não foi conseguida.

## B. A CRISE LÍBANO-LIBANESA

Os três anos que precederam à invasão israelita de 82 caracterizam-se por confrontos sucessivos, se não simultâneos, em todos os pontos do País entre sírios e cristãos, entre sírios e palestinos e entre israelitas e palestinos. Mas também entre chiitas e palestinos, sírios contra libaneses progressistas anti-sírios, os chamados IPP ou islamo-palestino-progressistas e entre libaneses. E confirma-se a existência de lógicas conflituais diferentes conforme cada região: os inimigos numa região não são necessariamente os mesmos noutra.

É esse o elemento fermentador que verá nascer e desenvolver o mito Bechir Gemayel, estrela que ascendeu e iluminou as esperanças de cristãos e até de muitos libaneses não cristãos, mas cujas hesitações, e em especial uma certa viragem política, conduziriam ao seu aniquilamento no atentado perpetrado apenas duas semanas após a sua eleição para a Presidência da República.

Mas a obra de Bechir persistirá, no fragor do ataque sírio e aproveitando-se da dinâmica de aceso período de guerra, Bechir organiza com base nos Kataeb-Falange dirigidos por seu pai Pierre Gemayel — fundado em 1936 sobre o modelo fascista então em voga — as Milícias Cristãs «Forças Libanesas» que retomam a ambição inicial dos Kataeb de preservar uma especificidade libanesa favorável aos maronitas contra as demais confissões: professam o anti-arabismo, alimentam o sonho de uma balcanização da região que favoreça uma nação cristã maronita-falangista.

Senhor de uma determinação feroz, Bechir Gemayel esmaga pelo combate ou pela eliminação física todos os seus adversários dentro da comunidade e cristãos como ele, e institui uma força que pelo prestígio da resistência frente ao sírio se arvora em mentora da verdade no sector cristão, que impõe a sua ordem e a sua vontade: Tony Franjeh, comandante dos maradas e filho do chefe da subcomunidade cristã do norte do Líbano, é assassinado em Eheden bem como a sua mulher e filho e 32 companheiros; as milícias PNL são chacinadas no ataque de Maalmetein; o Tanzim depois do êxito de Tal

Zaatar vê-se minado pela suspeição provocada. Entra-se na época Bechir Gemayel e cria-se o mito de que ele será homem capaz de unir muçulmanos e cristãos e refazer a unidade do Líbano. Seria não contar com os factores derrapantes da prática de Bechir: as suas ligações aos israelitas, a Beguin e Ariel Sharon, e os compromissos daí resultantes. Seria não contar com Walid Joumbblatt e Nabih Berri. Seria não contar com a Síria.

A 5 Julho de 1981, Bechir compromete-se, numa carta ao Presidente da República a pôr termo às relações das suas tropas com o Mossad e o Tsahal. Mas é dessa época precisamente a fase mais intensa da cooperação entre as «FL» e israelitas, que se acentuaria em 82 com o crescimento dos preparativos para a invasão. Foi publicada em Jerusalém documentação que ilustra esse comprometimento: junção em Beirute das forças israelitas e das milícias cristãs, limpeza geral dos IPP em que participariam efectivamente as «FL», instalação no poder presidencial de Bechir Gemayel, criação de um estado de hegemonia cristã.

Tudo correu bem até ao momento em que, segundo os acordos Bechir-Ariel Sharon, as «FL» deviam avançar e completar o trabalho do Tsahal em Beirute e na montanha. Aí Bechir recua, recusa-se a cumprir a parte do jogo de guerra que lhe coubera, sabendo que se o fizesse comprometeria todas as hipóteses de chegar à chefia do Estado. Com esse objectivo aliás, havia em Março de 82 avançado aos co-cidadãos muçulmanos e druzos propostas com base na renegociação do Pacto Nacional de 1943 para repartir de novas bases sócio-político-comunitárias. As propostas são regeitadas, mas a semente estava lançada. Nos dias turbulentos da ocupação israelita de Beirute, da eleição à presidência e das pressões de Sharon para que cumpra o prometido — Sharon chega a deslocar-se a Beirute — Bechir faz as suas aberturas ao Islão libanês. Aumenta as tensões com os israelitas. No pensamento de Ariel Sharon e de Eytan a junção no combate das forças israelitas e cristãs seria o argumento de absolvição, a grande justificação para a avançada do Tsahal até Beirute, muito para além do limite permitido pelo Primeiro-Ministro Beguin. Nesse contexto, a atitude de Bechir Gemayel de já não precisar comprometer-se pois o pior trabalho já estava feito pelas forças israelitas, aparece aos olhos de Sharon como traição caracterizada. E no próprio campo falangista as forças mais conservadoras já se interrogavam sobre o personagem que haviam engendrado e que parecia querer desprezar aquela especificidade cristã de que já falamos.

Se insisto tanto sobre a figura de Bechir é simplesmente porque, personagem de tantas contradições, teve por si a morte violenta que o transformou em mito que fez apurar e aperfeiçoou as teses exclusivas da fundação das falanges. Os comandantes que lhe sucederam à cabeça das «FL», em especial Samir Geagea, hoje o senhor do sector cristão, imbuídos da mística Bechir fizeram das forças libanesas um corpo de elite disciplinado, duro, estrito, a contrapartida cristã do integrismo Hezbollah de filiação iraniana, que desafia o exército, o Presidente, o Vaticano e a Síria e que marca hoje o impasse no Líbano, o imobilismo.

Assassinado Bechir Gemayel a 14 de Setembro de 1982 é seu irmão escolhido para a chefia do Estado. Os israelitas haviam perdido um Gemayel mas parecia haverem ganho um outro, talvez mais dócil. e imaginavam-se vitoriosos num dos seus objectivos: a instalação de um poder cristão em Beirute que lhes fosse adquirido, senhor de uma doutrina racista, autoritário se não ditatorial, oposto à integração árabe e inimigo declarado da OLP.

Forte presença da segunda força multinacional, e do exército israelita com o exército libanês acampados no Chouf Druzo e ocupando posições deixadas vagas na grande-Beirute pelos israelitas, com as promessas americanas como garantia e segurança, e face a uma Síria que se havia encolhido diante da avançada israelita, que perdera aviação e tanques e se via batida onde quer que fosse chamada a combater, Amine Gemayel julga-se em medida de desafiar Hafez Al Assad por palavras e actos: a 28 de Setembro iniciam-se em Khaldé as negociações Líbano-Israelitas que se concluíram a 17 de Maio seguinte com a assinatura do acordo Líbano-Israelita que pretendia pôr fim ao estado de guerra entre os dois estados no compromisso de nenhum dos dois países servir no futuro de base de acções hostis ao outro. A par desse acordo que parecia consubstanciar o êxito da política israelita de separar o adversário para melhor o dominar através de negociações directas à semelhança das de Campo David, são ostentivas as manifestações oficiais por parte de israelitas em Beirute e de libaneses em Jerusalém.

Mas a Síria que parecia ter sido batida num campo, era noutros ainda senhora. E em pouco tempo, alguns meses, inverter-se-ia a situação, nisso ajudada por dois factores importantes: podem contar com fiéis agentes dentro do Líbano e os erros, os primeiros de uma série que caracterizaria o mandato de Amine Gemayel. Sob a pressão indirecta e destabilizadora do terrorismo sírio a força multinacional abandona o Líbano, o acordo Líbano-Israelita



de 17 de Maio de 1983 fica letra morta, o exército libanês perde todas as posições no Chouf e no grande Líbano, a retirada do Tsahal faz-se unilateralmente e Amine Gemayel sente na carne e no espírito quem detém o poder real e directo nas terras do Líbano e dá uma volta de 180 graus. Transforma-se num fervoroso frequentador de Damasco: sucedem-se as Cimeiras com Hafez Al Assad, todas na capital Síria. A Síria passa ao papel de mentora da política libanesa com uma incidência e força que nunca antes tivera. E onde o seu exército falhara, quer perante os cristãos quer perante os israelitas, os seus Mouhabarats e o coronel Ghazi Kanaam, chefe dos serviços secretos sírios no Líbano, esseguravam uma base de ingerência e predomínio de tal ordem que hoje os EU ou a Europa e, recentemente, a cimeira de Amã a reconhecer o papel de Damasco no Líbano e a confiar-lhe a boa condução dos negócios libaneses. E parece de interesse uma segunda reflexão sobre uma menção que agora fiz: a Síria que nunca acreditou um embaixador em Beirute, chegou, depois da invasão israelita — e já isso seria irónico — a tal usurpação de poder que de todos fez admitir a aberta e publicitada instalação dos seus serviços secretos em Beirute. Aliás Ghazi Kanaam por bem cumprir a sua tarefa ascendeu agora ao mais próximo escalão na confiança do Presidente Assad.

Disse-se que depois das tentativas directas mediante acções militares caracterizadas, Al Assad se remeteu à acção indirecta. Agiria ao mesmo tempo sobre dois tabuleiros: o da ilegalidade e o das facções comunitárias com tradução prática na guerra de milícias e na acção subversiva e terrorista. E no plano da legalidade e sempre tendo em mira a constituição de uma entidade libanesa reflectindo o exemplo sírio e logo aceitando a hegemonia de Damasco, Hafez Al Assad, na sequência dos dramáticos acontecimentos que marcaram o tempo seguinte à invasão israelita de 82, aparece como intermediário entre a paz e a guerra, entre o caos e a ordem.

Eleito Presidente da República, Amine Gemayel deixa-se enredar na trama da política desestabilizadora israelita que o arrastaria para a aventura da guerra do Chouf. Nessa, como noutras ocasiões, erravam o alvo os responsáveis cristãos ao supor que pela guerra poderiam reforçar posições e os interesses maronitas. Ao contrário, com essa aventura concorria o lado cristão para aumentar de forma dramática a massa de refugiados cristãos e as tensões quer a nível de sector quer no plano nacional. Com efeito, Walid Joumblatt, aproveitando o erro das milícias cristãs baniou das monta-

nhas do Chouf toda a presença cristã à excepção de inexpressivas pequenas bolsas como a de Dar El Khamar. E levaria ainda à coligação druzo-chiita e a batalha de Beirute de Fevereiro de 84 culminada com a vitória das forças combinadas do PSP (druzo) e do Amal chiita e a contrapartida de uma derrota cristã e a posse muçulmano-chiita de Beirute-Oeste, o que concorreria não só para o reforço, embora indirecto, da mão síria na capital libanesa mas também para o novo dramático êxodo cristão.

Mas a falta de visão das forças cristãs persistiria. Depois das falhadas conversações de Naquoura no Outono de 84, onde sob a égide das Nações Unidas se buscou um acordo para a evacuação do Tsahal do Sul Líbano, as forças israelitas retir-se-iam unilateralmente, mas em meio de negros presságios de desordem e caos proferidos pelos responsáveis militares israelitas. Sabiam do que falavam, posto que o Sul logo entrou em turbulência aguda de que ainda se não libertou. E iniciá-la-iam os cristãos quando as milícias maronitas empreenderam acções de flagelação contra Saída. A conjugação das facções muçulmanas face ao ataque cristão consubstanciar-se-ia na ofensiva druza contra o Iklim Kharouq e do exército popular de libertação contra as colinas cristãs a leste de Saída. O Iklim e as referidas colinas eram eminentemente cristãs. Depois da vitória da coligação druzo-muçulmana na frente Sul seria eliminada toda a vivência cristã, acrescentando-se mais um elemento ao contencioso comunitário.

Assim, de desentendimento em desentendimento e através de acções inconsideradas imbuídas de estreita visão comunitária e cegas para tudo que fosse ou dissesse respeito ao interesse geral nacional, a presença cristã no Líbano Sul ficaria reduzida ao bastião único de Jezzine. Mas não seria essa a única consequência, pois a comunidade cristã que deveria ser o fermento de toda a solução consertada para o Líbano, antes cavava mais fundo o fosso entre comunidades, dando razão ao ódio das demais e à desconfiança. Atentando-se contra a coesão nacional mais se abria o caminho às influências estranhas, com o enfraquecimento do tecido nacional de que a comunidade cristã é um elemento fundamental, só acrescenta poder à influência síria e também e, com crescente expressão, à iraniana.

A Síria via-se triunfante no confronto com a força multinacional e punha em cheque o prestígio e capacidade do Ocidente sobre as quais Amine Gemayel, início do seu mandato, pensava poder alicerçar a sua afirmação antiárabe. É o Presidente libanês forçado às conferências de paz entre as facções libanesas em solo suíço e abandona a experiência do go-

verno técnico de Wazzan. É sob a movimentação discreta dos Sírios em Lausana que se desenha uma aparência de concertação intercomunitária expressa na formação do governo representativo e de União Nacional de Rashid Karame, político sunita afecto a Damasco. Beirute abre a sua linha verde, cria-se o CDR, conselho para o desenvolvimento e reconstrução, assiste-se à crescente chegada a Beirute de missões ávidas de participar no esforço de reconstrução, as diversas regiões do Líbano começam a mover-se e a dar sinais de querer intercomunicar. Parecia faltar apenas dar mais alguns passos para que a desconfiança comunitária se dissolvesse e a cooperação se afirmasse.

Mas isso seria esquecer as duas situações que já se tinham perfilado no horizonte libanês em que forças externas, jogando com os interesses diversos das comunidades contribuíram para a degradação do Estado e feriam talvez de morte a coesão da Nação. Assim, após breve período de esperança, o ciclo infernal da violência retomava e primava sobre qualquer outra consideração. Primeiro, as forças que aproveitando-se dos terrores cristãos querem impedir a instalação no Líbano de um poder coeso, adquirido à custa das teses árabes, que, eventualmente, ameaça a galileia e seja fonte de insegurança para o povo israelita. Em segundo lugar, as forças que aproveitando as reivindicações dos chiitas, as frustrações dos druzos e os rancores dos sunitas semi-inconformados com o que tiveram por subalternização em relação aos maronitas — querem forçar a mão aos cristãos e levá-los a uma tal posição que tenham aí de ceder às injunções e ditames sírios, com isso ainda contribuindo para impedir qualquer forma de predomínio israelita.

Não tiveram os políticos, chefes de clã e os comandantes das milícias, saber e capacidade para se aperceberem, nessa hora decisiva, onde residem os pontos fracos de cada um e os remédios que se impunham com urgência e que passavam pelas potencialidades políticas do governo Karame. Até porque era antiga a lição.

Mesmo assim, e passados esses dois terríveis momentos da comunidade cristã que foram a guerra do Chouf e a batalha de Beirute-Oeste e passada a fase de concertação em solo suíço que conduziu à formação do governo de União Nacional de Karamé, um homem libanês houve que, por uma vez, tirando as ilações do irrealismo do acordo líbano-israelita de 17 de Maio de 1983 e da precaridade da posição cristã face à coligação druzo-chiita alimentada por Damasco, procurou fazer esquecer os erros

recentes e sacar o maior proveito da nova conjuntura criada sob égide síria, com o menor prejuízo para posições cristãs e para o estado e nação libaneses. Assim, Gemayel repete os encontros com Hafez Al Assad em Damasco e dessas cimeiras sucessivas sairia, em princípios de 85, a iniciativa presidencial libanesa de negociações entre a facção cristã, representada no próprio Presidente e as milícias chiita e druza, então as mais agressivas no terreno, negociações essas conduzidas não já em solo estranho mas em terra libanesa, com cobertura síria através da presença do vice-presidente da República Síria Abel Halim Khaddam.

Caberá insistir sobre um aspecto fundamental para que melhor se aperceba todo o alcance da tragédia para o Líbano que representou em seguida à intervenção das «Forças Libanesas», as milícias cristãs: as negociações, embora sempre referidas à preocupação hegemónica síria, e contivessem a clara opção árabe, eram conduzidas pelo Chefe de Estado libanês na aldeia presidencial de Bikfaya onde se deslocou o vice-presidente sírio. Era esse o reconhecimento implícito do direito que assistia ao Estado Libanês para, sobre solo libanês e égide libanesa solucionar as questões internas, mesmo com o incentivo e apoio externo, e a capacidade para o levar a cabo, já que depois de tanto confronto fratricida, o presidente libanês lograva sentar à mesma mesa chefes de guerra cristãos, muçulmanos e druzos. Ora seria a desinteligência interna cristã a aniquilar tal esforço.

Corriam assim os meses de Janeiro e Fevereiro de 85 e quando se ultimavam os preparativos das diversas forças para retornarem à mesa das conversações a 15 de Março, em Bikfaya, em pleno sector cristão, e aí empreenderem a fase decisiva da concertação em curso, as milícias cristãs desencadeavam o golpe de 13 de Março ou primeira intifada, tendo por objectivo, logrado, extremar posições e impedir a reunião das partes referidas.

Teve a intervenção como resultado a radicalização dos diversos campos em presença, tornar intransponível o fosso da desconfiança, a degradação das relações entre os parceiros libaneses e da situação no terreno com atentados, combates ferozes e bombardeamentos cegos que foram acrescentando maior destruição de bens e desgraça das gentes e fez com que a iniciativa, que havia estado embora por breve período na mão de Gemayel, passasse inteiramente para a de Hafez Al Assad.

Assistia-se, por um lado, à atomização do poder, ao aumento das tensões na zona cristã, ao extremar do caos nas zonas muçulmanas, à irredutibilidade das diversas facções muçulmanas e druza contra a cristã, mas tam-

bém entre a druza e as muçulmanas incluindo a chiita, a aliada de há pouco, e à erupção do integrismo que ali passava a ter campo fértil para se expandir e fixar, crescendo em poder e arrogância. Reriro-me ao Hezbollah, expressão consumada da intervenção iraniana no Líbano. Mas assistia-se ainda, e a par da paralisia do estado e do bloqueio da iniciativa cristã, à dupla acção síria: por um lado, através do Amal Chiita à ofensiva contra os palestinianos, iniciando-se em Maio de 85 a «Guerra dos campos» que só acabaria (se acabou) com a entrada do exército sírio em Beirute-Oeste em Fevereiro de 87 — isto é, o estrangeiro e não o estado libanês a procurar barrar o caminho ao regresso do braço armado palestiniano; e por outro, a chamar a si a tarefa de negociações inter milícias libanesas.

E, assim, e ao contrário do que se passara com a iniciativa de Amin Gemayel em fins de 84 e primeiros dois meses de 85, é à Síria que advém então a tarefa de convocar para Damasco as milícias mais representativas para o que convencionou chamar de conversações tripartidas — o PSP druzo; o Amal, chiita; e as «Forças Libanesas», cristãs estas entretanto dotadas de novo Presidente Elie Houbeika, depois que uma segunda intifada em Maio de 85 destituira Samir Geagea, autor da primeira intifada, de dois meses antes, dirigida como se viu, contra a iniciativa presidencial de concertação interlibanesa a nível de Estado.

Parecia que sorte diversa viria a ter diligência síria. Com efeito e depois de variada peripécia própria à região, as conversações de Damasco finalmente culminaram a 28 de Dezembro de 85 no acordo tripartido. Mas o digladeiar interno libanês não ficaria pelas acções desestabilizantes já referidas e, desta vez, seriam as instâncias oficiais do sector cristão a pôr-se por detrás da facção integrista maronita das «Forças Libanesas» e a fazer desencadear a terceira intifada de Janeiro de 1986 com o que lograria bloquear e tornar inaplicável o mencionado acordo. Com o que confirmava a paralização das instituições e prejudicava todo o processo de salvação nacional, contribuindo antes para o agravamento das fracturas nacionais. Se assistiam à facção maronita e a Amin Gemayel e a Samir Geagea (que recuperaria a chefia das «F L» com o triunfo da terceira intifada) razões fortes para tentar tolher o passo à Síria, pois que pelo acordo tripartido, Damasco pretendia controlar as forças armadas, a economia e a educação, com isso desarticulando, se não esmagando, a ossatura da comunidade cristã, esteio da entidade cultural especificada do Líbano (em política externa já se notava certo alinhamento por ocasião de conferências pan-Árabes e outras), isso não evita, porém, que se infira dos

acontecimentos de Janeiro de 1986 que se aprofundou a incapacidade, de que talvez já nem consigam inverter o sentido, das diversas componentes libanesas sobreporem ao interesse parcelar o interesse nacional, sem o que jamais voltarão a viver no entendimento que resultou da plataforma de 1943 e que durou até ao eclodir da guerra em Abril de 1975, entendimento aquele que parecia prefigurar a consolidação de um estado unitário e da Nação Libanesa. Não diziam os pensadores políticos libaneses, como Georges Naccache ou Kesrouan Labaki, nos anos fastos de 50 e 60, que o Líbano, pelo pluriconfessionalismo o pluralismo da carta de 1943, se constituíra no único país do mundo árabe onde se tornava de todo impossível o golpe de estado ou a ditadura?

Escreve Jacques Vernant que o Presidente Al Assad sabe que nada pode concluir-se no Líbano sem que leve a sua chancela. Isso deveriam saber também os irredutíveis da comunidade cristã e dessa forma associar-se aos que entendem que a comunidade cristã cabe (caberá ainda?), pela acutilância da sua inteligência e capacidade de organização, avançar com propostas realistas e negociáveis em relação a Damasco e às facções libanesas, todas elas de uma forma ou outra associadas à Síria, em vez do confronto sistemático para com o regime sírio. O Vaticano entendo-o bem, e nisso se empenhou na Primavera de 86, vendo entretanto a sua intervenção bloqueada pelo extremismo cristão. Consumada a falência da iniciativa vaticana, confirmar-se-ia a incapacidade ou total falta de vocação para a conciliação e a concertação da maioria das facções libanesas e acelerava-se a desarticulação nacional.

Não se sabe ainda o que será o Líbano do amanhã. O que vier a ser certamente não será a contento de nenhum dos contendores libaneses. E aí teremos em expressão extremada o resultado das divergências internas que estranhos exploram em seu proveito. Mesmo depois da guerra civil que daí resultou em 75, podiam as facções libanesas pensar em 1982, por ocasião da invasão israelita de Junho desse ano, que estavam perante o início de uma nova fase de guerra civil, em que todos os pontos de fricção seriam explorados até se chegar à irredutibilidade: um governo que não reúne há dois anos, o poder regional exercido pelas milícias, o exército dividido (e consequentemente tolhido) em brigadas cristãs e brigadas drusa e muçulmanas com obediência a centros de comando separados e hostis, um legislativo anquilosado pela falta de eleições há já 15 anos e que se produz à imagem do País e um poder judicial que cede o passo ao poder miliciano e que se acantona em leis inaplicadas. Certamente que o não pensavam! Considera-

riam então que apenas defenderiam conjuntamente posições de interesse próprio inequívoco, depois facilmente assimiláveis.

Dir-se-ia que as lições, as mais antigas e as dos anos raivosos que se seguiram à invasão israelita poderiam fazer lugar à razão na mente do Presidente Gemayel. Mas essa é esperança frustrada. Se já em Julho de 83, apenas nove meses passados sobre a eleição de Gemayel, Walid Joumblatt fundava a frente de salvação nacional de oposição a Amin, depois e agora, e salvo para o referido período de Bikfaya, só se tem visto crescer a desconfiança em torno do presidente que teima queimar todas as cartas, fazendo recair sobre a comunidade cristã a falta de confiança e o ódio.

Tendo tomado uma atitude nacional, mas da maneira errada posto que em apoio de extremistas, face ao acordo tripartido e contra a Síria, logo quis o Presidente emendar a mão e buscar a reconciliação com a Síria, enviando sucessivos emissários a Damasco. Mas, ao mesmo tempo, lançava dura diatribe contra a Síria da Tribuna das Nações Unidas, em Outubro de 1987, denunciando a ocupação de 65% do solo libanês. E como se não bastasse, não era chegado a Beirute e já tomava o caminho do Cairo para buscar o apoio de Hosni Mubarak, que Hafez Al Assad tem por maior inimigo depois dos israelitas.

Todas estas incoerências conduzem naturalmente a que os Chefes de Estado presentes à cimeira de Amã de Novembro de 1987 recebessem o Presidente Libanês e ao mesmo tempo uma série de memoranda desde o do Primeiro-Ministro Selim Hoss ao de variados outros dirigentes libaneses, pondo em causa a representatividade do Chefe de Estado.

E é no meio deste caos e total irresponsabilidade de uma classe política que já se apontam nada menos que 51 candidatos às eleições presidenciais de Setembro próximo. E, poder-se-á dizer que o pensamento do maior número de candidatos nada tem a ver com a boa condução e administração dos negócios do Estado e a busca sã de uma solução à crise.

### III — A SÍRIA E O LÍBANO. A HEGEMONIA SÍRIA—PROGRESSOS

A complexidade da situação, ou das múltiplas situações, no Médio Oriente pode ser exemplificada, mas talvez não cabalmente compreendida, pelos equívocos que rodeiam a presença do exército sírio no Líbano. Era evidente

a presença dos homens da Síria em Beirute, Mouhabarats ou mesmo oficiais da secção política do exército sírio. Era publicitada largamente a actividade do brigadeiro Ghazzi Kanaan chefe dos serviços especiais sírios para o Líbano. E a partir de meados de 1986 sabia-se de informação veiculada pelos meios de comunicação que Damasco ia aumentando regularmente as suas unidades de elite e de grupos especiais no sector muçulmano por motivo do acelerado caos que destroçava o Oeste beirutino. Essas unidades especiais revelaram-se incapazes de sustar a deterioração da situação inter-muçulmana, de lograr a viragem da «guerra dos campos» que agia como câncer no tecido já a desfazer da sociedade muçulmana e através dela da textura geral libanesa.

As facções Oeste-beirutinas, com excepção das de obediência iraniana, recebiam alento e sustento de Damasco, e mal iria para o prestígio de Hafez Al Assad que, de medida em medida, a sua acção se revelasse sempre ineficaz, como a do Estado Libanês, para irradiar a desordem e o terror. E em Fevereiro de 1987 e à imagem do que já sucedera na Bekaa e no Líbano Norte, o exército sírio entrou em força em Beirute-Oeste, donde fugira, e depressa, mal os tanques do Tsahal israelita ali apontaram em 1982. E esta «invasão» síria processou-se sem protesto de Jerusalém ou outra capital, quase saudada com alívio ou esperança e já ninguém se preocupou com a ficção da cobertura da força árabe de dissuasão. Agora é bem a Síria e Hafez Al Assad que entram e ocupam Beirute e não qualquer mandato de Cimeira Árabe. E com esta nova ocupação síria assistiu-se a um espectáculo que se diria irrisório não fora a tragédia que implica luto e dor para os que caíram sob a férula integrista. O exército de Hafez Al Assad, aliado laico do Iman Khomeini na guerra santa contra o Baas laico do Iraque, exército que já antes bombardeara Hama, cidade santa integrista a Norte de Homs, e chacinara pelo menos 20 000 fundamentalistas que ameaçavam subverter o regime sírio, é chamado a Beirute para diversas tarefas, uma das quais, a mais importante talvez, seria a de destruir ou desactivar, desarmando-as, as milícias pró-iranianas do Hezbollah. Mas, perante a ira dos Imãs de Teerão, em especial de Ali Khamenei, as forças sírias tiveram que marcar passo, e fazem-no ainda, à entrada de Bir Al Abed, que no subúrbio Sul de Beirute abriga o coração e a cabeça das hostes fanáticas do Iman Fadlallah.

A outra grande tarefa do exército sírio em Beirute-Oeste seria prestar mão forte ao movimento Amal e acabar de uma vez por todas com a «guerra dos campos», que se arrasta desde Maio de 1985, e com essa manobra extirpar



do Líbano toda possibilidade de regresso de Yasser Arafat e dos seus comandos.

O que é o Líbano para a Síria? Que reais ambições alimenta Hafez Al Assad?

A ambição síria em relação ao Líbano, a de o dominar de uma forma ou doutra, afirma-se, e não tem enfraquecido, desde o tempo da formação do estado libanês. Os sucessivos governos do bloco central sírio nunca reconheceram o novo estado e sempre recusaram com ele estabelecer relações diplomáticas.

O Presidente Hafez Al Assad nesse, como aliás noutros aspectos da política de Khaled El Hazem e seus sucessores no bloco central em Damasco, não fez mais, ao aproveitar as contradições internas libanesas, que aplicar a política mais cara à Síria. E poder-se-á dizer que para o efeito apenas tem variado na forma e meios conforme as circunstâncias. E não faltaram figuras gradas do regime sírio, como Abdel Khalim Khaddam ou o general Tlass, a proclamar os direitos da Síria e que a seu tempo o Líbano a reintegraria.

A defeito de uma outra fórmula, desde o início que a Síria reclamou um acordo militar com o Líbano, e fê-lo com persistência até 1986, numa vontade inabalável de instalar as suas forças armadas na Bekaa, com possibilidades de controlo e informação. Para os estrategas sírios a linha mínima de segurança da Síria situa-se para Oeste da Bekaa, já sobre os contrafortes do Monte Líbano. A partir desse ano, os acontecimentos no Líbano evitariam a Damasco a posição incómoda de sempre se ver rejeitada nas suas pretensões pelo estado libanês. E entra, a pedido cristão, para se instalar e ficar, ocupando já 65% do solo libanês como denunciou o Presidente Gemayel nas Nações Unidas.

É nessa época que se completa o trio das forças estrangeiras que dilaceram e esquartejaram o estado libanês: os palestinos, Israel e a Síria, que hoje ainda encontramos embrenhados na mesma tarefa irracional.

Mas já em 1969 a Síria procurara uma outra forma de se impor militarmente através da Saika e do Exército de Libertação da Palestina, ambos sob comando directo de Damasco. Mas será em 1976 que se dá a primeira «oficialização» da presença militar síria. A segunda viria logo a seguir. Como já tivemos ocasião de referir, os dignatários da comunidade cristã declaram o apoio à intervenção síria. E se fora o Presidente Franjeh, amigo pessoal de Hafez Al Assad a pedir-lhe os bons ofícios, é já Pierre Gemayel, o fundador dos Kataeb reclamantes da pureza maronita contra

a dissolução árabe, quem solicitará a intervenção do exército sírio. Em Outubro de 1976 as cimeiras árabes de Riad e do Cairo consagram a ocupação síria do Líbano ao criar a «Força Árabe de Dissuasão — FAD» composta praticamente de soldados sírios. E a partir daí, e mediante complacências declaradas ou apenas escondidas, de muçulmanos e cristãos, a Síria passa a torpedear toda e qualquer tentativa de mediação exterior e donde quer que viesse — essa acção teria o seu expoente máximo na criação das condições que levaram à retirada da força multinacional em 1983. Esse um ponto fundamental: no campo da subversão e da desestabilização terrorista mesmo naquele período mais negro para o prestígio sírio, em que no terreno só sofria derrota após derrota, a política de Damasco marcava trunfos no que tocava impedir intervenções de terceiros.

Em Dezembro de 76 completava-se o controlo de Beirute pelas forças sírias e inicia-se a fase da confrontação directa contra os islamo-palestino-progressistas. Confrontação de uma terrível ferocidade, que o povo palestino não esquecerá por duas ou três gerações, como escreveu alguém.

O apogeu nessa época da hegemonia síria é atingido pelo acordo de Chtaura, de 25 de Julho de 1977, que, a todos os títulos, transferiu a gestão dos acordos do Cairo das mãos do estado libanês para as do ocupante sírio. Isso não significou porém que o problema palestino tivesse passado a melhor gestão.

Mas essa situação confortável começa a ser abalada pela aliança táctica dos cristãos com os israelitas e pela ascensão de Arafat até que a invasão israelita de 1978 constitui o choque bruto da debandada das forças sírias perante o inimigo judeu e do desprestígio consequente. Temendo que a aproximação israelo-cristão vá mais longe, desborde as linhas de demarcação e envolva as posições que ocupava, a Síria decide atacar e bombardeia impiedosamente Achrafieh e cerca Zahlé, capital da Bekaa e feudo cristão. Nas duas frentes de batalha ganha Bechir todas as suas estrelas e a coesão das forças que tinha em gestação e perde Hafez Al Assad a sorte que o havia guiado até então. Na cena libanesa ergue-se Bechir e parece não haver lugar para ninguém mais e a Síria é marginalizada, enterra-se em contradições, perde a face, em suma, deixou de ser um poder, ninguém a respeita no Líbano, no mundo árabe não sabe que fazer. Já todos escreviam epitáfios ao papel da Síria no Líbano e na região. Era uma página lida e voltada. Ironicamente foram precisos

a invasão israelita de 1982, com a sua corte de erros, e a acção do presidente Gemayel feita de passos em falso, de incoerência e imaturidade, para que Hafez Al Assad paulatinamente fosse jogando as suas pedras, complotando, atacando, minando, e lograsse correr com a força multinacional, desprestigiar e invalidar as intervenções e missões americanas e europeias, impedir o acordo separado com Israel de 17 de Maio e chegar a dois feitos que fazem com que hoje dite a sua vontade no Líbano: Refiro-me à total bloqueio e paralisia do aparelho do Estado — de ordem síria o governo não reúne desde Janeiro de 1986 (mal o fazia aliás desde Abril de 1985); e ao regresso das forças armadas sírias a Beirute Oeste. Como se não tivesse havido uma invasão israelita!

Mas não só. Mediante combinada acção político-subversiva, a Síria impõe ao Líbano o acordo tripartido que representa, por detrás da fachada da permanência das instituições nacionais libanesas, o domínio total e asfixiante da Síria sobre todos os sectores de actividade do Líbano: economia, política externa, educação e Forças Armadas. Contra isso se ergue a resistência cristã. Mas Samir Geagea não é Bechir Gemayel, que só acumulou vitórias enquanto o outro tem a seu débito os desastres do Chouf e Doiklim-Kharoub. E, pior de tudo, ao contrário do fundador «F. L.», desconhece a palavra negociar.

Disso se aproveita a Síria para apertar o cerco à região cristã, para fazer valer os seus argumentos nas chancelarias ocidentais e no Vaticano. Recorde-se a missão Silvestrini em Março de 1986, recorde-se, ainda, que a Cimeira de Amã, há apenas 3 meses, confiava à Síria o bom prosseguimento dos esforços visando favorecer a reconciliação.

Ocupa a Síria todo o Norte do Líbano, a Bekaa bem até ao Sul até Hasbaya onde quase confina com Israel. Ocupa toda a montanha vertente oriental e os cimos de Sanine, está de volta a Beirute Oeste e desce já a caminho de Saída, controla os campos palestinianos e bate o passo apenas frente aos redutos integristas. A próxima eleição presidencial tem de contar com essa omnipresença. Israel também. O Ocidente praticamente cede o tapete, mesmo se isso põe em causa a presença cultural do Ocidente num país que nela tinha uma das suas componentes fundamentais que lhe dava especificidade e lugar único como fronteira entre o Islão e a Cristandade.

Mas nada do que se disse significa que Hafez Al Assad tem já concluída a sua tarefa. A incontrolada tentacular movente massa política libanesa ainda desfeiteará muitas ambições e projectos.

#### IV — A NOVA DINÂMICA SOVIÉTICA NO MÉDIO ORIENTE

Há pelo Médio Oriente quem pense que em matéria de política regional não são as duas grandes Potências que marcam o jogo, antes se alinham sobre os seus peões básicos, os Estados Unidos com Israel e a União Soviética com a Síria.

Os Estados Unidos ainda tinham uma certa política independente até à aventura de Ariel Sharon no Líbano em 1982. Mas depois do envolvimento de Alexander Haig que se deixou ultrapassar — mas não só pois Begin sofreria o mesmo — pelos artifícios do chefe da invasão, tem-se a sensação de que Washington em política Médio-Oriental se limita a seguir os interesses de Jerusalém aliás muito bem trabalhados na capital norte americana pelo *lobby* israelita. A União Soviética teve por muitos anos que apoiar-se na região unicamente na Síria e nem o seu apoio a causa palestina fazia com que os estados árabes moderados, mas chegados a Arafat, a olhassem com menos desconfiança. O corte de relações com Israel, de Moscovo e todas as demais capitais socialistas à excepção de Bucareste, permitiam à Europa Leste jogar apenas sobre um dos pratos da balança e isso levava a monolítica gerontocracia de Moscovo a só encarar aparentemente um meio de acção e uma orientação política. Exemplo disso a permanência de embaixadores por longuíssimos anos como foi o caso de Soldatov que fez 4 anos em Beirute — cabe aqui recordar que a guerra do Líbano dura há 13 anos.

Com a chegada de Mikhail Gorbatchev começaram a surgir indicações de que algo poderia estar em movimento. E foram sendo enviados sinais para a região, o que tem tido o condão de criar esperanças sem demover, porém, a desconfiança e a reserva que as acções soviéticas sempre suscitam.

E esses sinais não foram todos numa direcção, antes apontam para uma política de ensaio simultâneo de hipóteses de trabalho, umas aparentemente contrárias aos interesses de Israel, mas que também o podem ser relativamente aos da Síria e outras em que já se veria uma tendência de reconsideração da

política soviética para a região em termos que a situariam por cima dos interesses imediatos deste ou daquele contendor ou interveniente regional, antes obedecendo a uma visão global, ecuménica, de todos dados do problema local.

Sabido é que Hafez Al Assad tem desde há muito como um dos seus principais inimigos o Presidente da Comissão Política da OLP, Yasser Arafat. Ódio antigo que ambições opostas alimentam, levou Assad a combater em campo aberto, sem esquecer a manobra política, as hostes do FATH, sendo os dois últimos testemunhos dessa determinação síria que visa a eliminação pura e simples da influência e da direcção de Arafat sobre o aparelho central palestiniano, o cerco das forças Fedayin em Tripoli em 1983, de que Arafat escapou em extrema acção de salvamento, e a «guerra dos campos» em Beirute, Sabra e Chatila e Boury El Barajneh e, no Sul, em Myeh-Myeh e em Hein El Heloueh. Por outro lado, e depois que se cavou a divisão entre as várias facções que constituíam a OLP, umas concentradas em Tunis e as a Frente de Salvação Nacional Palestiniana — FSNP —, capitaneada pelo co-outras desviando-se para Damasco como as de Georges Habbache ou Hawatmeh, o Presidente Sírio tratou de criar uma outra central palestiniana, a Frente de Salvação Nacional Palestiniana — FSNP —, capitaneada pelo comandante Abou Moussa. Com o advento de Mikhail Gorbatchev começou a desenhar-se, e com o tempo se acentuaria, toda uma dinâmica pró-reunificação das fileiras palestinas. Tendo bom ouvido, tanto junto de Arafat como de Habbache ou Hawatmeh, os dirigentes de Moscovo não se importaram de todo com as arquitecturas damasquinas neste domínio e tampouco contemporizaram com os amuos de Hafez Al Assad ou o seu patente desgosto perante a iniciativa e, prosseguindo o seu plano com sorte diversa, conseguiram em Argel concretizar em forma o mais pública e espectacular, perante o aplauso do pleno do Parlamento Palestino, a reconciliação entre as hostes ditas moderadas de Arafat e as extremistas dos seus já mencionados opositores. Hafez Al Assad teve de inclinar-se perante essa fatalidade, não tanto pelo peso próprio da reconciliação, que tem suas limitações e debilidades, como pelo demérito total do seu peão Abou Moussa, que desfeiteou Damasco desde os primeiros combates da «guerra dos campos», em Maio de 1985, e que, ao longo dessa incrível guerra intermuçulmana, confirmaria a raiz dos sentimentos palestinos, que, perante um perigo comum, as divergências esbatem-se para não ficar senão o sentir do povo palestiniano.

Por outro lado, a influência soviética que até 1985 verdadeiramente se confinava à Síria, está a expandir-se (o Rei Hussein que visita Moscovo e encara um negócio de armas, e os emissários soviéticos que frequentam Amã; a aproximação ao Koweit, também com negócios de armas pelo meio; o namoro com a Arábia Saudita — financiadora, aliás, do protegido sírio; a política de «charme» em direcção ao Cairo que a muitos observadores logo faz recordar as ligações antigas de Hosni Moubarak, etc.). Mas essa expansão não se faz só e apenas em relação aos países árabes, em especial os do Golfo, mas, inclusivamente, para com Israel. E aí já parecem colidir as políticas externas da Síria e da União Soviética. Foi demorado o processo para o primeiro contacto, mas após os dois encontros havidos entre Chevardnadze e Shimon Perez, os contactos multiplicaram-se e foi um êxito a prolongada visita a Israel da missão consular soviética. E para assombro de Hafez Al Assad, Gorbatchev não só diz ser antinatural a falta de relações oficiais entre o Estado de Israel e a URSS, como logo ordenou o começo dos trabalhos que conduzirão, aparentemente, de forma inevitável, ao restabelecimento das relações entre Jerusalém e Moscovo. Mas todos esses passos têm de ser vistos com circunspecção.

Com efeito, que representa esta viragem Gorbatcheviana para o Médio Oriente e para a Síria, aliado privilegiado? Como em relação a todas as outras iniciativas do Secretário Geral do PCUS, as interrogações são razoáveis. E em relação ao Médio Oriente é determinante poder chegar-se a uma luz mesmo se bruxuleante quanto as intenções reais, para se ver depois qual o alcance possível e efectivo das iniciativas.

Haverá aí três ordens de considerações:

1.º Abandonar a parceria da Síria. Não creio sinceramente que a União Soviética se afaste ou deixe cair a Síria e o seu amigo Hafez Al Assad. Fala-se já em certos meios que a União Soviética, que é o primeiro fornecedor de armas da Síria — que se situa sempre entre os primeiros cinco compradores mundiais de armamento —, limitar-se-ia agora a substituir o material inutilizado, acrescentando-se que, com essa medida restritiva, queria impedir que o equilíbrio militar na região seja alterado. Ora não há equilíbrio militar na região. E aí reside, precisamente, o sonho e a ambição estratégica de Hafez Al Assad, o estabelecer do equilíbrio e da paridade militar com Israel como única base para negociações válidas — e veríamos agora a cimeira de Amã retomar essa tese. E aí poderá a

União Soviética ser fundamental e determinante ao impedir, se fosse esse o caso — o que não é absolutamente certo — que essa paridade seja utilizada para uma guerra com Israel, até porque Moscovo sabe que enquanto se mantiver o apoio de suprimentos dos Estados Unidos uma tal guerra... nunca será favorável à causa árabe, por melhor armada que esteja, até porque, cabe sempre recordá-lo, a causa árabe, dadas as dissensões que a flagelam, seria nessa aventura representada unicamente pela Síria. A União Soviética sabe, e proclama-o cada vez com maior insistência, que a crise do Médio Oriente só pode vir a ser resolvida pela via diplomática. Mas uma diplomacia que tenha por detrás o músculo indispensável. Dizia-me a esse respeito a ministro Farouk Al Sharaa, da Síria, que a única maneira de fazer entender razão a Israel e levá-la a negociar, será opor-lhe uma força que irradie da mente dos chefes políticos e militares de Jerusalém que uma nova aventura militar será um outro passeio por terras árabes com outras eventuais anexações. E disse mesmo que, se em consequência não pensam fazer uso de uma força se atanto forem obrigados, não obstante útil será fazer pensar Israel sobre a ameaça que representa a existência de tal força.

2.º Mesmo que Moscovo restabeleça relações diplomáticas com Israel, não será isso sinónimo de que apoia as teses radicais de Ytshak Shamir ou sequer as moderadas de Perez. Dizia-me ainda há dias um membro do governo búlgaro, cujo país, como se sabe, acompanha o pensamento de Moscovo, que há dois obstáculos à realização da conferência de paz sobre o Médio Oriente (e logo aproveitou para recordar que a primeira proposta de conferência surgira de Brezhnev em pleno fogo da invasão israelita): o primeiro, a substanciação da agenda; o segundo, a perfídia de Israel que pretende utilizar como artifício e meio para empurrar os estados vizinhos para negociações separadas.

Por isso, não se vê que a URSS se mostre disposta a abandonar a tese, legítima do ponto de vista árabe, da negociação conjunta e da Frente Comum Árabe, única capaz de suprir talvez a falta de paride militar já mencionada.

3.º Acresce o terceiro ponto a ter em consideração. O lado palestiniano. Se o Congresso Nacional Palestiniano, o CNP, se levantou em peso em Argel para saudar o nome de Mikhail Gorbachev, patrono da Reconciliação Palestiniana, certos meios da OLP debatem-se já com dúvidas e receios face

à multiplicação das acções e gestos conciliatórios e de aproximação dos soviéticos que, no entender de alguns, poderiam constituir a guarda avançada de mudanças radicais de percepção e actuação na região Médio Oriental, com prejuízo da causa palestiniiana em particular e da árabe em geral. Se a descoberta por Gorbatchev de novos meios e vias de influência fazem com que a União Soviética aparente abandonar a diplomacia revolucionária que ainda caracteriza algumas das suas actuações, levando-a antes a uma globalização de interesses em que a revolução passaria a segundo plano face aos interesses integrados de real potência e não apenas de central sustentáculo de subversão e destabilização, e tente buscar a concorrência com o adversário e não a sua substituição (e essa será a pedra de toque das mudanças gorbatchevianas), mesmo assim ainda perduram e por muito tempo — todo o tempo que subsistir o sistema socialista — os princípios da solidariedade de luta, que não só condicionam muitos dos avanços glasnosticos, como impedirão o abandono dos amigos, correligionários e respectivas causas. Apontar-me-eis, possivelmente, casos antigos como o de Rosa Luxemburgo e dos comunistas alemães entre duas guerras, mas se nisso há alguma verdade, também é certo que aí outras razões próprias ao foro da causa comunista terão conduzido a essa ruptura.

Por isso, não é de crer que Yasser Arafat, a OLP, a Síria e a causa geral da revolução laica sejam postos em causa. A União Soviética poderá vir a ter um papel mais diversificado e mais reluzente. Terão outro tratamento as questões múltiplas em suspenso desde a criação do Estado de Israel, mas quer no conjunto geral, quer até no contorno de cada problema se verá certamente a permanência dos propósitos soviéticos.

O método estará a mudar aproveitando as circunstâncias que agora envolvem a condução dos negócios externos em Washington, com alguns aspectos surpreendentes, mas mesmo assim não decisivos para que ganhem corpo as apreensões de palestinianos ou as suspeitas dos israelitas como Shamir.

Ainda em Abril de 1985 estava em reunião com um membro do governo jordano e ao falarmos da causa palestiniiana, do conflito isreló-árabe e da conferência internacional, foi-me dito que ainda na véspera que um alto funcionário norte-americano proclamara, nessa mesma sala onde nos reuníamos, que os Estados Unidos jamais patrocinariam a convocação de uma conferência de paz para o Médio Oriente por não estarem interes-



sados em contribuir para o regresso da URSS ao Médio Oriente. O diplomata americano não o disse, mas por detrás dessa negativa produto da estratégia global norte-americana, perfilava-se, e com igual força e peso, a negativa israelita: uma conferência internacional não só traria a URSS ao Médio Oriente, como imporia condições que iriam em favor dos palestinos, representatividade e reconhecimento dos legítimos direitos dos palestinos (e da Síria sobre os Golan), obrigatoriamente da apresentação na mesa das negociações da totalidade dos territórios ocupados, globalização das negociações.

Essa filosofia preside ainda a conduta política da direcção de Jerusalém e, por aí, a União Soviética deparará com obstáculo sério. Se Shamir se opõe frontalmente à ideia da conferência, Shimon Perez a ela aparentemente mais aberto, concebe-a, porém, num plano que não satisfaz ninguém. Isto é, como porta para negociações ao geito israelita.

A imagem dos Estados Unidos tem sofrido desgaste sério no Médio Oriente. Nos últimos tempos conhecem-se as razões várias desse declínio. Tem isso resultado em proveito da União Soviética, mas não se creia que só por demérito dos Estados Unidos, antes pela mesma compreensão e percepção que levou Ronald Reagan à cimeira de Dezembro e à assinatura do acordo INF em Washington. Com efeito, a mudança de atitude entre o momento em que a diplomacia americana recusava em Amã a ideia da conferência, e o facto de a aceitarem agora, fica a dever-se à cooperação entre peritos das duas potências para troca de informações, decidida na cimeira suíça e indicada nos fins de 1985. E chegar-se-ia por esse caminho às recomendações da conferência do Minnesota. Esse o acomodamento norte-americano.

Pelo que das distintas apreciações que antes vos dei, me parece poder talvez concluir-se que, como em outros domínios, designadamente o do desarmamento, as iniciativas de Gorbatchev têm de ser aproximadas com espírito positivo mas ao mesmo tempo cuidadosamente reservado, para que não se percam oportunidades reais de desanuviamento ou se permitam envolvimento atentórios da segurança.

E se é necessário e urgente levar Israel à composição, também não cabe pensar que isso pode ser feito de qualquer maneira e só porque a política soviética parece hoje, ao contrário da norte-americana, mais imaginativa e flexível.

Direi apenas como último factor de ponderação em toda esta análise, que a União Soviética, para além das potencialidades reais que se lhe oferecem com a política de Gorbatchev e das limitações de vária ordem que se lhe opõem, terá ainda de passar o teste que representa a definição de posição entre os Estados Árabes e o Irão. Mas isso é já uma questão que não deixando de influenciar o que agora tratamos, não obstante o ultrapassa.

#### V — *A GUERRA PERMANENTE — A LENTA USURA DO ESTADO DE ISRAEL*

Falei, a certa altura, da convicção de muitos de que para grande parte dos interventores na cena Médio Oriental a criação do Estado Palestiniano é preocupação menor ou inexistente. Tais sentimentos conferem ao conflito uma substância e uma dimensão inequivocamente más, insalubres. Se não vejamos: bater-se por um objectivo como seria o reagrupamento da Nação Palestiniana conferiria à luta uma dimensão de elevado sentido. fazê-lo apenas por ódio religioso ou pelo pretexto oportunista que oferece para movimentações de poder, não só desvirtua, como cria condições que, por sua vez, propiciam reacções em cadeia tanto mais temíveis quanto se produzem em «Huis Clos», só têm a possibilidade de voltar-se para dentro.

Se não atentemos no comentário recente de um periódico fancês sobre os propósitos de Khomeini. Para Teerão a libertação de Jerusalém importará mais do que a criação do Estado Palestiniano. A partir daí a nobre ideia original de toda a luta, ou seja, a da reconstituição de um lar palestiniano acha-se pervertida pelo ódio e intolerância religiosos e projecta a questão médio oriental para zonas as mais obscuras e intoleráveis. Porque, enquanto se falava e agia em termos de autodeterminação de um povo e da restauração da sua soberania, podia-se esperar uma solução política, mesmo depois de um caminho semeado de terrorismo.

E a questão torna-se ainda mais intrincada quando os extremistas de vários lados e feitios se socorrem uns aos outros, consciente ou inconscientemente, deliberada ou fortuitamente. Já por mais de uma vez referimos

a Revolução Palestiniana Laica para a destinguir de uma corrente cada vez mais forte que passa além da fronteira palestina para se ligar ao ressurgimento islâmico face ao mundo exterior, tido como inimigo mortal. Acontece que, em certos momentos, podem essas duas frentes ajustar interesses, e assiste-se precisamente a um desses momentos. Num papel preparado para um seminário na Primavera passada procurei pôr em relevo os ricos de uma nova fase de violência com base na reconciliação havida na OLP. Com efeito, na culminação da sessão em Argel do Conselho Nacional Palestino, Georges Habbache proclamava a luta armada como única via para a reconquista da Palestina. Muitos tomaram-no como fruto da embriaguês que então se vivia nas fileiras da OLP por motivo da reconciliação das forças desavindas e perguntavam-se como iriam Habbache e Arafat prosseguir a guerra sem base sólida, visto que Israel, directamente e graças aos ofícios do general Lahd e do seu ALS, havia barrado o caminho da Galileia. Mas poucos dias depois tínhamos a acção espectacular da asa delta contra Kyriat Shmoneh. E agora Gaza! Onde o político, o social e o religioso se entrelaçam de forma trágica. Não gostaria de estar sempre a pôr o acento na intrincada complexidade da região, mas o que se passa em Gaza é exemplificativo desse imbricamento de situações, de influências aparentemente antagónicas, de jogos de poder, de correntes ideológicas e emocionais e religiosas. Gaza ao contrário da Cisjordânia é a zona ocupada que se individualiza pelo carácter proletário da sua população, enquanto o «West Bank» já tem perfil social mais aburguesado. Não implica isso que a Cisjordânia e Jerusalém escapem à corrente integrista — e disso tem havido sangrenta prova nas últimas semanas — e que a acção islâmica se não faça sentir e crescer em especial entre a juventude das universidades. Mas na Faixa de Gaza, anexada unicamente por razões de segurança e não de tradição ou históricas ou até económicas, as populações sentem-se como párias, abandonadas pelo Egipto, sem ligação directa aos irmãos da Cisjordânia e obrigados, à semelhança dos negros das cidades dormitório da África do Sul, a irem trabalhar para os israelitas mas com interdição de passarem a noite em território israelita. Daí que Gaza, que tem uma ocupação territorial das mais elevadas do Mundo, viva sufocada como num verdadeiro campo de concentração. E aí está ainda outra característica de Gaza: o ser constituída em larguíssima percentagem por sucessivos campos de refugiados. O desespero cresce, avoluma-se e adensa-se,

e não havendo solução à vista, porque não a há, só se apresentam as alternativas da lenta morte, da desolação, ou a revolta cega de quem nada tem a perder. E aos que aí foram empurrados ofereciam-se dois caminhos: a religião na sua forma extremada ou a luta no quadro da OLP. E neste momento a Central Palestiniana, habilidosamente, está-se envolvendo no que de início era única expressão integrista e disso retirando dividendos (mas há quem diga que os mentores reais da revolta seriam homens acumulando a dupla qualidade de irmãos muçulmanos e quadros do FATH).

E o mais irónico é que tempo houve em que as autoridades israelitas, pensando contrariar e desfeitar a OLP protegeram, acarinharam e subvencionaram as associações islâmicas. Aconteceu então Khomeini, no Líbano os moderados como Moussa Sadr são eliminados por sua ordem. Surgiram em contrapartida os Hezbollah com a gesta dos mártires imolando-se ao explodirem contra posições israelitas ou seus aliados do exército do Sul do Líbano do general Zahd. E agora nos territórios ocupados a miséria física e o vazio político atiraram os jovens para as mãos do Jihad Islâmico. São poucos dizem uns. São telecomandados dizem outros. Cedo haverá guerra entre a OLP e as hostes do Jihad para afirmação do poder, dizem ainda alguns outros. Mas mais próximos andarão da verdade os que se coíbem de elaborar sobre o assunto, recordando, antes, á o que atrás afirmámos: a relação oculta FATH — irmãos muçulmanos, acrescentando que a OLP está consciente de que o nacionalismo laico falhara junto das massas palestinianas de Gaza e que o renovo da luta está agora em relação directa com a vaga islâmica. Por isso se diz que os escritórios da OLP em Bagdad e Amã se activariam para aproveitamento da situação e seu oportuno eventual enquadramento político em espera de passagem à acção militar, se for caso disso.

Mas não se poderá ignorar que o fermento, a massa crítica, foi atingida com o factor religioso. Há muito que a OLP buscava projectar para a luta subversiva as massas dos territórios ocupados. Em 1982, Arafat demorou a ceder perante as forças israelitas no intuito de arrancar as melhores condições para a rendição, mas também porque esperava emocionar os territórios ocupados por forma a abrir uma outra frente. Não logrou, como tampouco com a «guerra dos campos» em 1985. Teria melhor resultado na fase já avançada da «guerra dos campos» em 1986 e com a reconciliação lograda em Argel. Mas é religioso o verdadeiro factor inicial da presente crise.

Porque estamos no presente momento na fase de franco desenvolvimento operacional da provocação. Porque, e isso parecem esquecer os homens do governo israelita e do Tsahal, os originais incitadores e mentores dos motins não visam atingir, de momento, objectivos precisos ou conquistar posições, antes e simplesmente, provocar a reacção dos israelitas e levá-los a todos os excessos, à instabilidade e ao caos.

Tem-se discutido que razões imediatas terão levado à explosão da violência. Isso não tem já importância. As razões não se devem encontrar na Cimeira de Amã (as populações palestinianas teriam ressentido a indiferença dos estados árabes e a ameaça de alguns quererem mercadejar a causa). As razões são antigas e têm as raízes que já invocamos. Recordemos apenas estes dados para reflexão íntima sobre uma terra martirizada: 40% da Faixa de Gaza está ocupada por 2200 colonos israelitas, nos restantes 60% amontoam-se 620 000 palestinianos. Não se busquem outras razões que não as verdadeiras, as que levarão Israel à beira da crise definitiva, aquela em que perverterá, pela sua própria conduta, os ideais de humanidade e democracia que fizeram a inicial grandeza do Estado de Israel. E faltam ainda doze anos para a paridade demográfica!

Ytshak Rabin persiste em minimizar a corrente islâmica. Ytshak Shamir padece da mesma falta de visão. Mas há já responsáveis como Amram Mitzna que tremem perante o caldear de religião e nacionalismo. Mas o orgulho e a cegueira que predominam em Jerusalém não permitem tirar a tempo as lições.

Israel cometeu três erros fundamentais e todos eles por pecado do orgulho. O primeiro logo a seguir à guerra dos 6 dias. Aí, depois do triunfo retumbante não soube parar para reflectir na justa dimensão da derrota do adversário e, então, de posse de todo o poder e de todo o prestígio, estender a mão com persistência e a humildade que se sabe sólida porque alicerçada na força.

O segundo erro foi a ocupação dos territórios conquistados a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, os Altos do Golã, a zona tampão do Líbano e a apropriação de Jerusalém. Terá momentaneamente alargado a sua cintura de protecção, terá também aumentado a base económica da sua população através dos colonatos, mas arranhou aí um factor de corrosão interna que melhor fora ter evitado.

O terceiro erro, cronologicamente, foi a invasão do Líbano e a traição de Sharon para com o P. M. Begin, levando o Tsahal até Beirute numa opera-

ção que nada resolveu, antes serviu para demonstrar que a pureza de ideal e o elevado perfil das forças armadas israelitas eram ficções e se esboroaram perante as tarefas indignas do bombardeamento de populações indefesas em Beirute ou da cumplicidade nos massacres de Sabra e Chatila, revelando a existência de uma máquina de guerra como todas as demais, sujeita à corrupção do poder e da violência.

A opinião pública israelita ficou, e está ainda muito impressionada com o número de vítimas, o maior jamais atingido, do Tsahal durante a invasão do Líbano. Mas pior perda do que a de seis centenas de jovens terá sido, como Nação, a do prestígio e da auréola do exército, que agora tropeça de novo na repressão a que é chamado nas áreas ocupadas, seja em Nablouse Jerusalém ou Gaza.

Havia e há ainda em Israel o maior desprezo pelos libaneses em cuja terra o caos teve a sua mais violenta e incontrolada expressão. A menos que a luz se faça no espírito dos dirigentes de Jerusalém e poderá estar-se perante outra espécie de Líbano.

Em Beirute quando isso se dizia, não se pensava realmente que pudesse acontecer. Mas a realidade ultrapassaria já a sabedoria do velho ditado.

Dir-se-ia que todo este tempo Israel nada mais foi que aprendiz de feiteiceiro, quando se imaginava e se queria o mestre do jogo!

Não é possível conceber a carta geral do Médio Oriente sem Israel. Ninguém quer a constituição de um estado palestino. Todos sabem que ao ir para a mesa das negociações podem eventualmente ganhar a paz, mas que em todo o caso algo perderão. E é isso que a todos incomoda, seja a Síria ou a OLP, a Jordânia ou Israel.

Mas assim como não se pode pensar o futuro do Médio Oriente sem Israel, tampouco se deverá imaginar a paz sem um destino para o povo palestino.

A guerra não resolverá a questão do Médio Oriente. Tampouco o terrorismo, venha donde vier, ou a repressão!

Só fica um caminho, a negociação. Nisso vai a sobrevivência do Estado de Israel. Nisso se alicerça a justiça para com um povo martirizado. Nisso se reconstituirá a integridade do Líbano, livre então de refugiados palestinos, e da Síria.

E ter-se-á refeito a fronteira cultural entre o Islão e a Cristandade. E por aí talvez evitemos a confrontação geral entre as duas religiões divinas.

Destruídos Israel e o Líbano estará aberto o passo à avalanche integrista, ressalvados esses dois pilares e a vaga terá sido contida.

Para isso é preciso negociar, negociar sem preconceitos, sem querer fazer da mesa de negociações outro campo de batalha para um só vencedor. A paz só se fará no Médio Oriente quando todos a ganharem.

*L. Gonzaga Ferreira*

Embaixador

### OBRAS E IMPRENSA CONSULTADAS

- Problèmes Politiques et Sociaux: Le Liban Après Huit Ans de Guerres; «La Documentation Française», n.º 472-473.
- «The Salisbury Review», vol. 4, n.º 2.
- Politique Étrangère: Institut Français des Relations Internationales, n.º 2.82.
- Panorama de l'Actualité, Beirute, anos 1984 a 1986.
- La Paix par la Diplomatie, Fouad Boutros; «Les Conférences de l'Aldec», Beirute.
- Assad and the Future of the Middle East, Robert E. Neumann, em Foreign Affairs, Winter 1983 — 1984.
- «La Revue du Liban», Beirute; «l'Orient le jour», Beirute; «daily mornig», Beirute; «jordan-times», Amã; «sirianews», Damasco.